

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

TALITA CRISTINA PIMENTEL

**A NAÇÃO E SEUS OUTROS: UMA LEITURA SUBALTERNA
DE OS SERTÕES DE EUCLIDES DA CUNHA**

**SÃO CARLOS
2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

TALITA CRISTINA PIMENTEL

**A NAÇÃO E SEUS OUTROS: UMA LEITURA SUBALTERNA
DE OS SERTÕES DE EUCLIDES DA CUNHA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Richard Miskolci

**SÃO CARLOS
2010**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

P644no

Pimentel, Talita Cristina.

A nação e seus outros : uma leitura subalterna de Os Sertões de Euclides da Cunha / Talita Cristina Pimentel. -- São Carlos : UFSCar, 2011.
79 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2010.

1. Sociologia. 2. Identidade nacional. 3. Miscigenação. 4. Biopoder. 5. Foucault, Paul-Michel, 1926-1984. 6. Cunha, Euclides Rodrigues Pimenta da, 1866-1909. I. Título.

CDD: 301 (20^a)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676 13565-905 São Carlos - SP
Fone/Fax: (16) 3351.8673 www.ppgs.ufscar.br Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Talita Cristina Pimentel

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, no dia 26 de maio de 2010 às 16h30, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em 26 de maio de 2010

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Richard Miskolci
Orientador e Presidente

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério
Universidade Federal de São Carlos

Profa Dra. Laura Moutinho
Universidade de São Paulo

Para uso da CPG

Homologado na 16ª Reunião da CPG-
Sociologia realizada em 10/03/2010

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério
Coordenador de PPGS

Pela sua lealdade, de todos esses anos, dedico
este trabalho a Guilherme Cristofani.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa iniciada em 2008, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos). É integrante do projeto temático: Ciência, Literatura e Nação: O Darwinismo - Social e a Emergência do Dispositivo de Sexualidade no Brasil (1870-1930) coordenado pelo professor Dr. Richard Miskolci, junto de outros trabalhos de colegas de mestrado, com contribuições fundamentais para que esta pesquisa se tornasse viável.

Agradeço primeiramente ao meu orientador, por um longo caminho de orientação iniciado em 2006. Foram quatro anos de muita seriedade e compromisso, de sua parte, essenciais para minha formação profissional e pessoal. Foi imprescindível para este trabalho a participação, no grupo de pesquisa Corpo, Identidades e Subjetivações que a cada semestre tornava a formação acadêmica em Ciências Sociais mais interessantes, com valiosas contribuições dos colegas.

Agradecimento especial para a Profa. Dra. Larissa Pelúcio por todo o seu apoio ao longo desses quatro anos. Por meio de sua participação como vice-coordenadora no Grupo de Pesquisa e também em minha banca de qualificação, com contribuições fundamentais para a conclusão do presente trabalho.

Ao Prof. Dr. Valter Silvério, também pelo apoio de longa data, em salas de aula, em minha banca de monografia e de qualificação. Obrigada pela atenção, dedicação e incentivo.

A Profa. Dra. Laura Moutinho por ter aceitado, em meio a tantos compromissos, compor a banca de defesa.

Gostaria de dizer que a trajetória intelectual de todos me serve como um grande incentivo para prosseguir como pesquisadora. Obrigada por tudo.

Aos professores do Programa de Pós- Graduação em Sociologia, pela sólida formação, e funcionários, em especial a Ana Bertolo por todo seu profissionalismo e afeto.

Aos meus pais e irmão, pessoas fundamentais em minha vida que sempre me ajudaram.

Aos amigos de longa data: Ariane, Tiago e Tiaguinho pelas palavras de incentivo, pelos risos, e pela preciosa amizade. Samuel, Carlos e Aline novos amigos sempre presentes, tornando a estada em Botucatu mais agradável. Ao José Renato por toda sua sensibilidade e carinho.

Ao Marcos e Raphael, pelo companheirismo e acolhida no Rio de Janeiro.

Finalmente a Luis Carlos e Guilherme, à identidade que criamos nesses anos e à amizade sincera.

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma leitura subalterna de “Os Sertões” de Euclides da Cunha informada também por fontes do pensamento social brasileiro e da incursão nos arquivos históricos sobre o episódio de Canudos. Este cristalizou um verdadeiro pânico moral no início da República. Euclides da Cunha relatou a revolta de Canudos como um choque entre raças em que a miscigenação ganhou um recorte histórico fincado na divisão binária da sociedade brasileira em caboclos x mulatos (ou interior x litoral). Sublinha-se o pânico moral que tomou conta da sociedade brasileira com relação à mistura racial entre brancos e negros e o temor de que a vida nas cidades seria uma ameaça degenerativa para nossa nacionalidade. A partir dessa divisão racial da sociedade estabelecida por Euclides - e endossada por intelectuais, políticos e artistas na consolidação da República - o sertão e sua gente se consagram como o “lugar” e os “sujeitos” de uma nacionalidade genuína. Isto permitiu, também, que se estabelecessem os outros, os indesejáveis na formação da nacionalidade brasileira.

Palavras-chave: Os Sertões – Euclides da Cunha – Identidade Nacional – Miscigenação – Biopoder – Michel Foucault – Pânicos Morais.

ABSTRACT

The present work presents a subordinate reading of “Os Sertões” of Euclides da Cunha also informed for sources of the Brazilian social thought and the incursion in the historical archives on the episode of Canudos. This at the beginning crystallized a true moral panic of the Republic. Euclides of the Wedge told the revolt of Canudos as a shock between races where the miscegenation gained a fincado historical clipping in the binary division of the Brazilian society in caboclos x mulatos (or interior x the coast). One underlines the panic that account of the Brazilian society with regard to the racial mixture between whites and blacks took and the fear moral of that the life in the cities would be a degenerative threat for our nationality. From this division racial of the society established for Euclides - and endorsed for intellectuals, politicians and artists in the consolidation of the Republic - the hinterland and its people if consecrate as the “place” and the “citizens” of a genuine nationality. This allowed, also, that the others were established, the undesirable one in the formation of the Brazilian nationality.

Keywords: Os Sertões – Euclides da Cunha – National identity – Miscegenation – Biopower – Michel Foucault –

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 PARTE 1: UM LIVRO DE ATAQUE E DE DEFESA.....	20
2.1 Um livro de Defesa.....	28
2.2 As diferentes defesas e ataques ao sertão e sua gente	35
3 PARTE 2: A AUTENTICIDADE SERTANEJA E AS AMEAÇAS SOCIAIS FRENTE OS GENUINAMENTE OUTROS DA NAÇÃO	43
3.1 A “raça” como um marcador social da diferença.....	49
3.2 O Sertão vai virar Nação: Euclides da Cunha e a defesa de um tipo antropológico nacional.....	54
3.3 O pânico moral de Canudos	58
3.4 “O criminoso se parece com o crime”: A trajetória do movimento de Canudos.....	69
3.5 Uma leitura subalterna de Os Sertões de Euclides da Cunha.....	72
5 REFERÊNCIAS	75

1 INTRODUÇÃO

A despeito das transformações na forma como se compreende a nação brasileira, alguns textos se mantêm como paradigmas reflexivos sobre o que constituiria o povo, nossa cultura peculiar, potencialidades e desafios. Dentre estes, destaca-se *Os Sertões*, obra-prima de Euclides da Cunha sobre a qual esta dissertação busca lançar um novo olhar.

Inúmeras são as leituras disponíveis sobre este livro, daí ser um desafio trazer algo de novo a respeito de um texto que gerou – e ainda gera - uma grande fortuna crítica em diversas disciplinas.

A proposta desta dissertação é a de ensaiar uma leitura subalterna de *Os Sertões*, ou seja, reler a obra a partir de referenciais teóricos e metodológicos derivados dos desdobramentos contemporâneos dos Estudos Culturais, a vertente culturalizada do marxismo que, no presente, se desdobra nos Estudos Pós-Coloniais e na Teoria Queer. De forma simplificada, este conjunto de saberes formado fora e em contraste com as disciplinas canônicas das ciências sociais (Cf. COSTA, 2006; MISKOLCI, 2009) pode ser chamado de Saberes Subalternos, expressão criada por Gayatri Spivak em 1988 com inspiração na obra de Antonio Gramsci.

Faz parte deste movimento de uma leitura não canônica de *Os Sertões*, a coleta de documentos que me dessem pistas sobre a sociedade que reproduziu valores e discursos que reforçaram o repúdio do movimento de Canudos e o retrataram como uma ameaça aos valores hegemônicos da República no Brasil. Estes serviram de inspiração para entender como os símbolos nacionais foram sendo criados na então capital federal ao longo do século XIX.

Através de uma leitura de *O Paiz*, principal periódico republicano que circulou entre 1894 a 1930 que tinha como redator chefe Quintino Bocaiúva, tentou-se elucidar uma ordem de discursos que legitimou o poder do exército nacional contra os combatentes de Canudos que passaram a ser considerados inimigos da República.

Devemos mesmo aceitar que o movimento de Canudos tenha oferecido sérios riscos a hegemonia republicana? Trata-se de um movimento de reler algumas tensões sociais que historicizam identidades sem levar em consideração relações desiguais de poder. Para esta pesquisa, o mais interessante é tentar refletir sobre as balizas morais que fundam matrizes de interpretação cultural sobre a identidade nacional e o tratamento para com os considerados inapropriados para formar a nação brasileira.

O que caracterizaria uma leitura subalterna de Os Sertões? Para começar, a compreensão de que a nacionalidade e os discursos que a criam formam um verdadeiro projeto político-cultural cujas bases só podem ser acessadas se compreendermos que, segundo Stuart Hall, ele se materializa por meio de cinco aspectos:

“As narrativas de nação”; tratam-se das narrativas históricas e literárias que conferem sentido às vidas cotidianas, a um destino nacional que é anterior à nossa existência e continua existindo após a nossa morte. Em segundo lugar, há ênfase na continuidade, na tradição e na intemporalidade que é a idéia que a identidade nacional é algo natural e essencial e que resiste imutável perante as transformações históricas e sociais. Em terceiro lugar está a estratégia discursiva exposta por Eric Hobsbawn, a qual consiste na invenção das tradições, faz com que eventos históricos recentes se canonizem de acordo com interesses como acontecimentos tradicionais e de longa data. O mito fundacional exprime existência suposta de um tempo mítico passado marcado por glórias e vitórias. E o quinto é a idéia de um povo ou folk puro e original (HALL, 2005, p. 50-57).

No caso da leitura pretendida sobre a obra de Euclides da Cunha, o foco será em sua aparente defesa da formação da identidade nacional por meio da expressão da pureza étnica do sertanejo. Isto já o contrapõe ao mito da formação por meio das três raças, oficialmente propagado durante o Império, e o aproxima da Geração 1870, a qual criticou e se distanciou do indianismo oficial em favor de uma reflexão sobre a nação brasileira a partir de teorias científicas evolucionistas na segunda metade do século XIX.

Os Sertões, por sua vez, modifica os termos de compreensão da nacionalidade brasileira ao trazer à cena a divisão em dois Brasis, contrastando a realidade do “litoral” com a do “sertão” de forma que sua visão original sobre nossa viabilidade como povo envolve aspectos como cultura, política, o Estado e a intelectualidade. Sobretudo, se insere e modifica o debate corrente sobre quem são os brasileiros e quais são seus outros, os que não se encaixariam no projeto político-cultural de nação assim como interpretado pelo célebre escritor.

A partir de uma perspectiva histórica que buscará não cair na tentação de apresentar a leitura “correta” de uma obra monumental, antes reconstituir alguns elementos que permitam situá-la em seu contexto e, a partir da gramática das relações de poder de então, buscar reconstituir o legado de Euclides da Cunha como a formação de uma vertente poderosa de interpretação da nação brasileira. Vertente esta que se desdobra até nossos dias dentro daquilo que Michel Foucault denominou de regime de verdade. Segundo o filósofo francês, um regime de verdade tem cinco características:

A verdade é centrada na forma de discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas), é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (Universidades, exército, escritura, meios de comunicação), enfim é objeto de debate político e de confronto social (FOUCAULT, 1985, p. 13).

Esta matriz de reflexão euclidiana traz uma forma de pensar a nacionalidade brasileira como um regime de verdade, na medida em que *Os Sertões*, ainda hoje é considerado referência incontornável nos debates sobre o tema e, em nível que extrapola o acadêmico, “o livro número um do Brasil”¹. Levando isto em consideração, torna-se necessário – em uma perspectiva subalterna - entender os mecanismos de incorporação do livro como uma das leituras hegemônicas da nação.

Na verdade, foram muitos e diversos os esforços de incorporação da matriz de pensamento euclidiana na historiografia nacional². De acordo com Abreu (1998), o livro se consagra como a “Bíblia da Nacionalidade” na medida em que, conseguiu manter-se como referência ao longo da História, provavelmente por meio das diversas interpretações e aproximações lhe foram atribuídas: Literatura, Ciência Natural, História, Geografia, Sociologia, Antropologia. Apesar das diversas resignificações da obra, o que chama a atenção é a permanência de um de seus temas: o desafio da incorporação de um Brasil autêntico e profundo, mas refratário à modernização.

O debate sobre *Os Sertões* se modifica e se refina na medida em que ocorre um processo de autonomização dos campos intelectuais durante as primeiras décadas do século XX. Dentro das novas incorporações dessa matriz de pensamento, por outros intelectuais e por diferentes contextos políticos, a obra de Euclides da Cunha ainda aparecia como uma

¹ Em uma matéria da edição de 23 de novembro de 1994 a revista *Veja* trouxe a público o resultado da seguinte pesquisa: “Quais são as vinte obras mais representativas da cultura brasileira, em todos os setores e em todas as épocas?” Questão feita a quinze intelectuais de grande expressão, na resposta *Os Sertões* liderou o ranking isoladamente com a maioria de votos. Abreu (1998) traz questões interessantes sobre a pesquisa, como o fato de que tanto entre os intelectuais interrogados como entre os autores das grandes obras não constavam mulheres.

² Abreu (1998) em seu livro “*O Enigma de Os Sertões*” traça a longa trajetória de canonização da obra. O movimento começa depois de sua morte e ao longo da história vai se misturando a defesa da obra com a defesa pessoal de Euclides da Cunha, interessante é notar como as manifestações começam no Rio de Janeiro no início dos anos 20 e se consagra no interior de São Paulo com a fundação da Casa Euclidiana em São José do Rio Pardo.

expressão única e genuína de nacionalidade, já que linhas de pensamento³ foram inauguradas de acordo com o seu legado.

As indagações sobre o legado de Os Sertões vão se tornando diferentes no processo em que se tornava mais interessante para época saberes institucionais e não interdisciplinares. A partir da década de 1930, com a fundação da Universidade de São Paulo, o pensamento social no Brasil também se torna um saber institucionalizado com os estudos nas áreas de ciências sociais, especificamente Antropologia e Sociologia, dentro das quais houve a criação de novas vertentes de compreensão do Brasil. Neste período, a matriz de pensamento euclidiana passa a “competir” com novas interpretações sobre a identidade nacional, quer as originadas nas universidades quer na vigorosa obra de Gilberto Freyre.

Inspirada na abordagem epistemológica de Said (2007), sobre a centralidade de discursos coloniais na formação da cultura ocidental européia por meio da necessária (e suplementar) criação de um outro visto como atrasado, exótico e selvagem pretende-se voltar para a realidade brasileira. Busca-se aqui apenas incorporar o procedimento desconstrutivista do autor com objetivo similar de enunciar uma crítica subalterna a um discurso hegemônico.

Se no discurso colonial a metrópole só se compreende a partir do estereótipo sobre o colonizado, este outro sem o qual não pode existir tampouco aspirar à hegemonia, no caso brasileiro, o discurso sobre a nacionalidade, em especial na vertente de Euclides, se constrói por meio de uma relação com um outro silencioso. Apenas aparentemente este seria o sertão, nosso oriente, marcado pelo sertanejo, símbolo de nosso atraso, marca de nossa originalidade e – não por menos – imagem racial que desvia os olhos da população negra e mestiça que caracteriza o litoral.

É em meio à conturbada e violenta consolidação da República, que surge a rebelião de Canudos no interior da Bahia. A despeito das diversas obras sobre o ocorrido, Os Sertões de Euclides da Cunha é a que se torna a leitura hegemônica e insere a problemática da nação, sempre marcada pelo projeto de construção de uma identidade e uma cultura, um novo elemento nas relações de poder e dominação em que se insere tal projeto. Uma leitura corrente apontaria para a figura do sertanejo como a novidade, mas em uma subalterna é preferível sublinhar a dúvida sobre quais são os outros da nação e como eles se inserem – e em quais – relações de poder.

³ São várias as matrizes e intelectuais influenciados por Euclides da Cunha no momento da institucionalização das ciências sociais entre as linhas mais expressivas estão Cassiano Ricardo e Viana Moog e a idéia de bandeirismo. Consultar: ABREU, Regina. **O enigma de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Funarte: Rocco, 1998.

A partir do conflito de Canudos e da ênfase no elemento sertanejo que ele permitia, Euclides argumenta contra a mistura racial do litoral reiterando teorias de sua época sobre como esta apontaria para o declínio ou mesmo a inviabilidade da nação brasileira que se constituía. Os sertanejos estariam dentro de uma matriz racial específica, pois sua gênese se deu por meio do cruzamento de brancos portugueses, no momento da colonização, e de bandeirantes com os indígenas. Em contrapartida, os cruzamentos do litoral seriam piores devido à forte presença de ex-escravos negros nas cidades.

A antropóloga Laura Moutinho (2004) mostra as manobras teórico-políticas feitas por alguns dos clássicos da literatura e do pensamento social para a incorporação desses outros à nacionalidade. Os indesejáveis aparecem dentro de uma hierarquia de raça, gênero, classe social, orientação sexual e nacionalidade analisada por meio da mestiçagem como central para articulação da nacionalidade.

Vale ressaltar que o eixo da sexualidade, tão central nestas discussões, tendeu a ser o menos explicitado. De acordo com a antropóloga, em meio a tantas possibilidades de encontros raciais e sexuais para a formação de nossa nacionalidade, conclui-se que não somos tão misturados assim, pois em nossas narrativas nacionais a miscigenação correspondeu a uma rígida estrutura hierárquica tendo em seu topo o homem branco como elemento civilizador.

No discurso de Euclides está explícito não apenas a defesa do homem branco como mantenedor de uma estrutura de poder. Sua visão racializada das relações sociais – baseadas em teses evolucionistas - faz com que identidades sociais tenham cunho biológico. Nesse sentido, para uma leitura subalterna de *Os Sertões*, é necessário que a desconstrução da identidade nacional foque na forma como as naturalizações de diferenças sociais compõem o regime de verdade que dá suporte a certas regras de controle e domínio biopolítico com relação à população que se almeja moldar como nação.

Estas relações de poder se assentaram em um processo duplo e articulado de, em uma narrativa nacional que estabelece marcadores de subalternidade na formação de identidades, através da invisibilização de certas experiências e de relações desiguais de poder.

A discussão sobre a nacionalidade se reconfigura em diferentes momentos históricos e a sua articulação simbólica se tornou, segundo Benedict Anderson (1991), a maior legitimidade universal da vida política moderna. Fazem parte desse processo de legitimação o Estado, imbuído do projeto político, ao qual se articulam, em maior ou menor grau, os intelectuais e os artistas, contribuidores na constituição do projeto cultural.

Vale ressaltar que lutas são travadas para a definição do que seria a identidade autêntica tanto no âmbito cultural quanto no político. Pontuar essa problemática é mostrar que

a história da construção da identidade nacional brasileira correspondeu sempre às expectativas de diferentes grupos sociais em sua relação com o Estado (ORTIZ, 1985). O que está em jogo são as relações desiguais de poder que fazem com que determinados grupos e suas articulações políticas e culturais se tornem hegemônicas em detrimento de outras.

Como isto se deu com Os Sertões? Por que a rebelião de Canudos, dentre as várias que marcaram a consolidação da Primeira República, serviu de mote para a obra que inauguraria uma vertente de reflexão sobre o Brasil que persiste por meio de renovações constantes? Questões difíceis de responder de forma cabal, mas para as quais descobri pistas históricas importantes nos arquivos históricos do Rio de Janeiro.

A forma como a imprensa da época retratou outras revoltas contrasta com o verdadeiro pânico instaurado por Canudos. Tratava-se de uma rebelião “popular”, criada por um líder supostamente religioso e que a maioria não titubeava em classificar como monarquista. Naquele contexto de mudança de uma república “da espada” (do governo de Floriano Peixoto) para o civil de Prudente de Moraes, aumentara o temor da perda de controle sobre a população civil e em relação aos considerados “inimigos” da República.

O temor nacional em relação a Canudos configurou um verdadeiro pânico moral, em relação ao qual a obra de Euclides da Cunha apresentou a versão mais aceita. Durante a dissertação, pretende-se explorar de forma detalhada, como este autor relatou o episódio de Canudos, um levante popular temido pela ordem republicana, como o choque entre duas raças. A partir de seu olhar pioneiro para o sertão e sua gente, Euclides fez com que a temática da miscigenação ganhasse um recorte histórico diferenciado propondo uma divisão binária da sociedade brasileira em caboclos versus mulatos e interior versus litoral.

Como a defesa de um grupo racial genuíno formador da nacionalidade brasileira se relaciona com os pânicos morais? De acordo com Thompson apud Miskolci (1997, p. 107) “uma sociedade ameaçada moralmente necessita de um renascimento dos valores tradicionais, o que os leva a defender uma forma idealizada do que teria sido a ordem social do passado”.

Euclides faz uma volta a um passado histórico para delimitar os processos de miscigenação que deram origem ao povo brasileiro e para erigir a identidade nacional brasileira através de um tipo antropológico puro.

Cunha (2000, p. 90-91) delimita que os mestiços, fruto das três raças, estão presentes no litoral apenas, e que o sertanejo - devido ao seu isolamento histórico e geográfico - seria o mestiço ideal - a partir da miscigenação dos portugueses com indígenas - para a formação da nacionalidade brasileira:

Ora, toda essa população perdida num recanto dos sertões lá permaneceu até agora, reproduzindo-se livre de elementos estranhos, como que insulada, e realizando, por isso mesmo, a máxima intensidade de cruzamento uniforme capaz de justificar o aparecimento de um tipo de mestiço bem definido, completo.

Enquanto mil causas perturbadoras complicavam a mestiçagem no litoral revolvido pelas imigrações e pela guerra; e noutros pontos centrais outros empecos irrompiam no rastro da bandeiras – ali, a população indígena, aliada aos raros mocambeiros foragidos, brancos escapos à justiça ou aventureiros audazes, persistiu dominante).

Torna-se um pouco mais claro porque Euclides se estabelece como o enunciador da autêntica nacionalidade sertaneja. Os Sertões se constroem em contraposição a tudo que estava nas cidades, pois é no interior que a população estaria livre da promiscuidade e da subversão. O que fez com que este e sua gente fossem o melhor ambiente para a consolidação da brasilidade. Os Sertões se definem, mais do que como uma fronteira geográfica, antes como uma fronteira cultural definidora de sentido entre um nós e um eles, no interior de uma relação que produz e reproduz o *outro* como inferior ao mesmo tempo em que permite definir o nós.

É compreensível e válido um paralelo com a reflexão pós-colonial já que o sertão foi construído imaginativamente como espaço privilegiado em relação ao litoral, não em simples oposição, mas em uma relação necessária e interdependente. Da mesma forma, no discurso colonial, o Oriente foi produzido e reproduzido na lógica da geografia imaginativa.

Para Said (2007, p. 31) assim, tanto quanto o próprio Ocidente, o Oriente é uma idéia que tem uma história e uma tradição de pensamento, um imaginário e um vocabulário que lhe deram realidade e presença no e para o Ocidente. As duas entidades geográficas, portanto, sustentam e, em certa medida, refletem uma a outra.

Dentro do paralelo, mas voltando-me claramente para a nossa especificidade evoco as a análise elucidativa Lima (1999, p. 61):

É como se estivéssemos diante de um efeito especular dos sentimentos, motivados pelo contato com as sociedades que vivenciaram a modernização. Ou se quisermos nos reportar a perspectiva do século XIX, um efeito da imagem das nações civilizadas. Teríamos, assim, a reprodução interna, na sociedade brasileira, das contradições experimentadas no contraste com aquelas sociedades. Tais sentimentos tanto podem resultar numa valorização negativa daquele que é visto como pólo negativo do dualismo, como uma forma ambivalente de pensar o Brasil e seus sertões.

Lima (1999) explica que várias interpretações sobre o sertão foram sendo desenvolvidas no período da Primeira República. Dessa forma, a ambivalência aparece não apenas em opiniões contrastantes como de Nina Rodrigues e Euclides da Cunha⁴, mas estas

4 As diferenças entre os intelectuais consistem na diferenciação entre a divisão binária do interior e do litoral. Enquanto para Euclides o interior seria o ambiente propício para o desenvolvimento da nacionalidade genuína

ficaram mais evidentes no início do século XX com as expedições de Rondon e as viagens realizadas pelo interior do Brasil pelos cientistas do Instituto Oswaldo Cruz. A dualidade litoral x sertão significou inicialmente um empreendimento simbólico-cultural e se tornou um projeto sanitarista a partir da incorporação do discurso médico nos anos de 1910.

Para Euclides da Cunha, trazer ao discurso sobre a nacionalidade o sertanejo e o sertão refletia muito mais a insatisfação com a vida nas cidades e sua população com seu estilo de vida moralmente questionável, em contrapartida à formação de uma identidade autêntica pura, genuína e essencializada.

Essa lógica fazia sentido para Euclides, que acusava o modo de vida e as pessoas das cidades, que - a seu ver – no âmbito cultural, não passavam de “copistas” que viviam um modelo de civilização de empréstimo.

Segundo Ventura (2002), Euclides incorporou em sua obra análises científicas, geográficas e históricas porque acreditava que se apenas narrasse o acontecido seu livro ficaria historicamente datado. Nesta interpretação, a idéia era inserir aquele conflito nos fins de mundo do Brasil no cenário dos grandes enfrentamentos históricos da humanidade, em especial em uma luta de raças, em um combate entre o progresso e o atraso, entre duas civilizações distintas que habitavam a mesma nação.

Euclides da Cunha funda essa nova matriz de pensamento social sobre o Brasil cristalizando diferenças culturais e de acesso desigual ao poder em diferenças “raciais”, como fica evidente no capítulo O Homem. Mas mesmo que as defesas e os ataques sejam diferentes, dentro dessa construção social do movimento de Canudos como um pânico, os jornais da época também sinalizavam para a divisão em grupos estanques dentro da mesma nação.

Vale ressaltar que as filiações ideológicas deste periódico com a de Euclides são bem diferentes, mas trazem ao discurso as mesmas tensões sociais, referentes a uma divisão de grupos distintos em conflito, que apresentam diferentes graus de civilização quando são tratados pelo noticiário como “monstros de Canudos”, “inimigos da República”, “fanáticos”, “inimigos da ordem”.⁵

A defesa dos sertanejos por Euclides, na verdade de seu grupo racial, não significa que o autor advogue pelo movimento e nem por seu líder Antonio Conselheiro. O

longe dos vícios das cidades litorâneas para Nina Rodrigues esse ambiente determinaria o atraso, o fetichismo para a sua gente, sendo assim o litoral o ambiente propício para o desenvolvimento nacional. Para um aprofundamento na questão consultar CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**, A Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista, EDUSF, 1998.

⁵ Apoio-me aqui em incursões de pesquisa no acervo de periódicos da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, em especial na leitura do noticiário sobre Canudos no jornal O Paiz.

confronto é escrito em tom de tragédia e que teve sua razão de existir também pelas diferenças que não são só raciais entre os grupos. Se os litorâneos enfim vencem a batalha é porque o progresso lhes possibilitou. Acusar Conselheiro como o causador da discórdia e como o fomentador da desordem também é outro ponto comum entre as notícias de jornais como O Paiz e a análise de Euclides da Cunha. De acordo com Bosi (2002, p. 216):

Essa retórica não é neutra. Ela visa, pelo uso da hipérbole, transmitir uma impressão de grandeza até mesmo de terribilidade que suscitaria o trato do solo e do clima; e força, pelo uso da antítese, o sentimento de que as forças naturais e morais assim desencadeadas coexistem em um desequilíbrio prestes a derivar para a catástrofe. A rigor, a linguagem descritiva e narrativa de Os Sertões move-se no universo semântico do inevitável.

Dizer que essa “retórica não é neutra” auxilia na análise do discurso da época, em especial o de Euclides, como fundador de certo regime de verdade. O fato de Euclides ter presenciado o conflito fez com que o livro ganhasse uma dimensão histórica muito importante, a qual chega a se sobrepor ao seu tom e enfoque literário. Não é possível dizer a qual gênero o livro está mais alinhado, mas é possível afirmar que não se trata de uma narrativa imparcial.

Isto é visível na condenação de Conselheiro nesta passagem de Os Sertões:

Antonio Conselheiro foi um gnóstico bronco. Veremos mais adiante a exação do símile. Paranóico indiferente, este dizer, talvez, mesmo não lhe possa ser ajustado, inteiro. A regressão ideativa que patenteou, caracterizando-lhe o temperamento vesânico, é certo, um caso notável de degenerescência intelectual, mas não o isolou – incompreendido, desequilibrado, retrógrado, rebelde – no meio em que agiu (CUNHA, 2000, p. 129).

Ainda para o autor e sobre o movimento de Canudos: “O arraial crescia vertiginosamente, coalhando as colinas. A edificação rudimentar permitia a multidão sem lares fazer até doze casas por dia; - e, à medida que se formava, a tapera colossal parecia estereografar a feição moral da sociedade ali acoitada. Era a objetivação daquela insânia imensa. Documento iniludível permitindo o corpo de delito direto sobre os desmandos de um povo” (CUNHA, 2000, p. 154).

Se uma leitura do livro feita em nossos dias deve levar em consideração que se trata de uma obra marcada por uma matriz evolucionista do século XIX também se deva sublinhar que por trás desse tom cientificista aspirante à neutralidade reside julgamentos morais marcados por valores da época. Há elementos historicamente datados que balizaram a construção/classificação das identidades na virada do século XIX para o XX.

Mais precisamente, fenômenos históricos e socialmente construídos passaram por um processo de naturalização, as diferenças estavam nos limites da normalidade e do desvio, portanto a solução dos problemas estava pautada “na classificação de cada forma de

anormalidade, ou seja, o enquadramento de cada um em seu desvio” (MISKOLCI, 2005, p. 10).

Por conseguinte todo desvio passou a ser considerada doença e o desviante passou a ser classificado como degenerado. Esse processo de classificação e controle denominado normalização consolidou-se a partir do século XVIII e foi conduzido dentro de um regime de poder centrado no que Michel Foucault denominou de biopoder⁶, um conjunto de práticas e discursos acolhidos pela sociedade burguesa que têm como foco os corpos e a vida (MISKOLCI, 2005, p. 13).

A dimensão que o biopoder toma em nossa sociedade, tem seu ponto alto com a emergência do dispositivo da sexualidade, o que será explorado com mais detalhes adiante. Para esta reflexão interessa mostrar os mecanismos de uma sociedade de controle e normalização e o quanto essas práticas estão ligadas aos discursos sobre a construção simbólica, política e cultural de nacionalidade.

Foucault (1999) mostra em seu curso “Em Defesa da Sociedade” a dimensão histórica/mítica que pode aparecer em narrativas de nação que suscitam a idéia de guerra de raças, como estratégia do biopoder. O que não aparece explicitamente como uma luta de grupos sociais, ou mais claramente de seus interesses conflitantes, por isso mesmo serve como estratégia generalizada de conservadorismo social.

Os elementos que fazem com que essa guerra se mantenha são diferenças étnicas, de linguagem, de força, de selvageria, fatores que indicam que esses grupos raciais que habitam a mesma nação estão na verdade em estágios de evolução e de pureza diferentes e que, constantemente, se enfrentam. Mas apenas uma raça se torna a vitoriosa, assim como Euclides fez ao dividir a sociedade brasileira entre interior e litoral, tendo como marco dessa divisão o conflito de Canudos.

Mas, enfim que respostas socialmente esperada estaria por trás da divisão de uma sociedade em duas raças? Estão entre essas respostas às diferentes incorporações desses grupos pelo discurso médico e diferentes contribuições para formação da nacionalidade, enfim diferentes graus de progresso e pureza significaram o quanto cada grupo seria desejável para constituir a nacionalidade. Enquanto o sertão significava pureza, a cidade significava promiscuidade.

Desta maneira, o esquecimento que o país reservara por tanto tempo aos sertões fora, de certa forma, benéfico, pois a partir do meio em que viviam, do clima e de sua

⁶ Foucault explica de uma maneira mais bem acabada o conceito de biopoder em seu livro *Em defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000

raça, os sertanejos se constituíram como gente original que, no imaginário de uma geração, passou a expressar a mais pura autenticidade brasileira.

De acordo com Lima (1999, p. 71): “Desde sua publicação em 1902, *Os Sertões* é visto como um grito de alerta para a elite política brasileira. Esta, assim como a intelectualidade, era com frequência caracterizada como superficial e presa a um cosmopolitismo de aparência, insensível “à visão dantesca do sertão brasileiro”.

Enfim, o que se percebe é que dentro da perspectiva dos pânicos morais, grupos de pessoas aparecem como um perigo para valores sociais e podem se tornar realmente perigosos e conspiratórios na medida em que são apresentados de maneiras estereotipadas.

Canudos entra para a memória coletiva como uma luta entre raças, que tinha como fundamento a condenação de estilos de vida que interferiram na evolução social e biológica da identidade nacional. A formação da nacionalidade era o grande interesse por trás desse pânico moral que se consagra com Euclides da Cunha através da apenas aparentemente contraditória despolitização do movimento de Canudos associada à “consagração” da nacionalidade sertaneja.

Entre os alarmes feitos a Canudos, que aparecem em *Os Sertões* e nos periódicos da época, pode-se dizer que certo projeto para a nacionalidade brasileira é o interesse que unia tantos grupos diferentes em um mesmo discurso de ordem. Uma forma idealizada da miscigenação pautava a disputa na medida em que o sexo inter-racial aparece como vetor de formação de nossa nacionalidade. Ao estabelecer essa conexão, certa mestiçagem aparece como uma ameaça a uma estrutura de poder e de dominação entre as diferentes raças, classes e gêneros. Seria a mistura racial não correspondente às hierarquias raciais e de gênero estabelecidas, o grande temor?

De posse desse referencial teórico, e da incursão aos acervos da Biblioteca Nacional e do Gabinete Real de leitura, esta dissertação está organizada da seguinte maneira:

-Parte 1, apresento uma discussão sobre as diferentes defesas e ataques da nacionalidade sertaneja feita por Euclides e seus contemporâneos e a força de sua matriz de pensamento para a construção da identidade nacional no período republicano.

-Parte 2, ensaio uma leitura subalterna da obra articulada a uma discussão sobre o pânico moral de Canudos. Busco compreender as respostas sociais frente a esse temor e a dimensão racial e sexual da identidade nacional brasileira, como um grande desafio para a formação de nossa nacionalidade.

2 PARTE 1: UM LIVRO DE ATAQUE E DE DEFESA

Pensar sobre a matriz de pensamento brasileiro construída após a publicação de *Os Sertões* é mais do que pensar sobre o brilhantismo de Euclides da Cunha. Refletir sobre o impacto que esta obra causou faz parte de uma tentativa de entender um pouco mais sobre a sociedade brasileira que a produziu na virada do século XIX. A publicação de *Os Sertões* adicionou novos valores à sociedade brasileira e a maneira como esta se compreendia. Sob a luz de um trágico conflito, a nacionalidade fora redescoberta de forma que o sertanejo tornava-se o centro das atenções.

Escrita num contexto de incertezas políticas e de intelectuais engajados com o futuro de nossa nação, ciência, literatura e história se misturam num livro que tem até a atualidade o estatuto de referência sobre a nacionalidade brasileira, a qual é percebida em manifestações que extrapolam o meio acadêmico e literário e que hoje estão no domínio comum, por meio de canções que celebram os sertões brasileiros como um reduto longe do progresso e próximo da autenticidade, de um estilo de vida simples e feliz⁷.

A obra nos serve hoje como referência histórica de um conflito divisor de águas no pensamento social brasileiro, já que o episódio de Canudos por si só dividiu opinião nacional na época e fez com que intelectuais, políticos e artistas se indagassem sobre os rumos do país sob a égide do regime republicano⁸. Como relata Andrade (2002, p. 112): “o que se sabia da revolta que rugia nos confins da Bahia era que os rebeldes, queimavam editais de uma Câmara Municipal, não aceitavam dinheiro como efígie republicana, recusavam-se aos pagamentos de impostos.”

Se nos dias de hoje conseguimos saber os motivos sociais, políticos, históricos e religiosos da população do arraial e de seu líder Antônio Conselheiro, ainda restam apenas evidências e muitas dúvidas sobre este verdadeiro *best-seller* sobre nossa nacionalidade. Seria *Os Sertões*, uma obra de ataque ou de defesa?

⁷ Como celebração do sertão fora do meio acadêmico e literário tem-se uma tradição das músicas sertanejas. Trata-se basicamente de um movimento musical tradicional do interior de São Paulo e Minas Gerais. Suas letras apresentam sempre a temática da vida nos sertões em contraposição ao um estilo de vida artificial e moderno nas cidades. Destaca-se entre os compositores Angelino de Oliveira e sua canção “Luar do Sertão”, Renato e Rezende com “Saudade de minha terra” que ficou conhecida popularmente como “paulistinha” De que me adianta viver na cidade se a felicidade não me acompanhar, Adeus paulistinha do meu coração lá pro meu sertão eu quero...”

⁸ Houve momentos que até o mais confiantes na República duvidaram de sua vitória em Canudos. De acordo com as notícias do jornal *O Paiz* do ano de 1897, localizado no Acervo da Biblioteca Nacional, houve momentos que as notícias do conflito pararam de chegar à capital do país e depois do insucesso da terceira expedição comandada pelo coronel Moreira César as dúvidas se tornaram ainda maiores.

Andrade (2002, p. 341) acredita que “Desde o primeiro capítulo sobre a luta, tomamos conhecimento da sua defesa do sertão ou, o que dá na mesma, do seu ataque ao litoral.

Para Euclides da Cunha, trazer ao discurso sobre a nacionalidade o sertanejo e o Sertão equivalia muito mais à sua insatisfação com a vida nas cidades e a sua população, do que com o estabelecimento da nacionalidade a partir da população sertaneja. Essa lógica fazia sentido para Euclides, que acusava o modo de vida e as pessoas das cidades, que a seu ver não passavam de “copistas” que viviam um modelo de civilização de empréstimo (VENTURA, 1998, p. 55).

Predomina a impressão que ataque e defesa se misturam tornando as ambigüidades do livro algo ainda mais interessante e revelador para muitas pesquisas. O ataque está em todo o livro como uma metalinguagem de alguém que traz à luz a nacionalidade brasileira e seus valores em pleno conflito, é a história de duas civilizações que se atacam literalmente, onde passado e presente se enfrentam apontando como trunfo final, apesar de incerto, nossa nacionalidade.

Segundo Villas-Boas (1999, p. 13) “O conflito do presente com o passado, do litoral com o sertão é o eterno confronto entre a cultura particular e a civilização, que no livro se apresenta como tragédia, extermínio da cultura em favor da civilização, mas permanência da cultura através da recordação do conflito.”

O que parece indissociável da idéia de nacionalidade, como ressalta a socióloga, é o “Brasil do eterno dilema”, que dispõe de uma infinidade de valores que estão em constante conflito, que está presente em relações sociais que dariam conta de resignificar inclusive a construção histórica da nacionalidade brasileira. Tudo de maneira que as próprias indefinições e descontinuidade constituíssem nossa história.

De acordo com Oliveira (2002, p. 3), a invocação deste itinerário interpretativo serve para aclarar o seguinte problema:

Imaginamos que as categorias sertão e nação, assim como também ciência, civilização e natureza, no interior do pensamento euclidiano, desde seus primórdios, assumiram significados conflitantes entre si, significados estes que reaparecerão ao longo da vida e da atividade intelectual de nosso grande escritor sempre de uma forma específica, por vezes contraditória.

Interior e litoral, mestiços e caboclos, atraso e progresso, civilização de empréstimo e cerne da nacionalidade parecem ser os eternos dilemas que a sociedade brasileira sentiu aflorar depois da publicação de Os Sertões. A falta de autenticidade nacional do litoral era apontada no progresso da capital do país, uma situação denunciada pelo escritor,

ao mesmo tempo em que trazia para o cerne da nacionalidade o sertanejo, com seu estilo de vida e cultura originais, mas que se apresentava, ao mesmo tempo, como um retrógado na marcha para o progresso do país. Afinal, o escritor denuncia o progresso e o elogia, na medida em que se trata de algo inevitável para a existência de nossa sociedade. Nas palavras de Cunha (2000, p.155) “estamos condenados à civilização ou progredimos ou desaparecemos.”

Percebe-se no argumento de Euclides a necessidade que esse processo ocorra de uma maneira uniforme no país, o qual tem muitos entraves para isso, entre eles a sua formação racial⁹. E mais uma vez o conflito aparece nessa matriz de pensamento social, como já observaram tantos e também Villas-Boas (1999, p. 9), para “Euclides a história se faz através de uma luta de raças”.

E a batalha do engenheiro militar não pára por aqui. Foram muitos os ataques às instituições nacionais da época. Mesmo com o fim da República da Espada o exército nacional ainda tinha muito prestígio na época. Os remanescentes florianistas celebravam a memória do “Marechal de Ferro” em meio a cada nova conquista das tropas brasileiras no arraial. No jornal O Paiz, em artigo de 02 junho de 1897 intitulado “A crise” o presidente civil Prudente de Moraes, sucessor de Floriano Peixoto, era culpado por ter abandonado as políticas do marechal e que, por conta disso, a República estaria passando por uma fase de instabilidade.

No capítulo A Luta, Euclides demonstra de maneira explícita sua indisposição com o exército, que para ele serviu lado a lado aos devaneios dos republicanos que estavam no poder. De acordo com o escritor, o exército dispunha de sua posição de prestígio desde o movimento abolicionista até a proclamação da república como um elemento apaziguador das grandes agitações no cenário nacional. Em suas palavras: “A luta é desigual. A força militar decaiu a um plano inferior. Batem-na o homem e a terra. E quando o sertão estua nos bochornos dos estios longos não é difícil prever a quem cabe a vitória...” (CUNHA, 2000, p.204)

Para Cunha (2000, p. 291) foi a partir da expedição do Coronel Moreira César, a terceira expedição ao arraial, que a situação ficaria ainda mais tensa nos sertões baianos. Foi mais uma expedição fracassada e Euclides acusa o coronel por essa falha de nosso exército:

Assim, era um desequilibrado. Em sua alma a extrema dedicação esvaia-se no extremo ódio, a calma soberana em desabrimentos repentinos e a bravura cavalheiresca na barbaridade revoltante. Tinha o temperamento desigual e bizarro de

⁹ “As circunstâncias históricas, em grande parte oriunda das circunstâncias físicas, originaram diferenças iniciais no enlace das raças, prolongando-as até o nosso tempo” (CUNHA, 2000, p. 77).

um epiléptico provado, encobrindo a instabilidade nervosa de doente grave em placidez enganadora.

Euclides teve todo o reconhecimento e a aprovação de suas críticas feita ao exército pelo fato de ele mesmo ser um militar, o que inclusive serviu, como salienta Abreu (1998), como um fator decisivo para o sucesso do livro. O fato de a obra ter sido publicada cinco anos após a tragédia fez com que a memória do massacre e o desgaste enfrentado pela tropa nacional fosse revivido¹⁰.

Portanto, ao lançar *Os Sertões* passados cinco anos da tragédia, Euclides abria de novo a cortina de um espetáculo que para muitos teria sido melhor manter no esquecimento. O escritor temia a reação dos militares, como expressou em seu diário. Entretanto, fora um ou outro caso isolado, os militares preferiram o silêncio. O fato de ter sido egresso do Exército era importante para a consagração de Euclides (ABREU, 1998, p. 5).

Dentre todos esses conflitos e dilemas trazidos à tona por meio da obra-prima de Euclides, evidencia-se algo mais do que a forma como aponta as falhas do exército e o surgimento de uma nacionalidade sertaneja em contraposição aos mestiços do litoral. *Os Sertões* servem como reflexão sobre a trajetória de um governo republicano desorganizado e infiel aos seus propósitos.

A má organização deste regime, de acordo com Euclides, foi a grande responsável pela chacina de Canudos. Eram tempos de instabilidade e caberia ao governo republicano mudar essa situação, não apenas tomando medidas drásticas como o envio dos militares do exército, mas através de políticas efetivas feitas por homens com um alto grau de comprometimento com a nação.

As decepções de Euclides com os rumos da tão esperada república começara antes mesmo do período conturbado que o regime atravessou no final dos anos 1890 do século XIX. Eram anos de instabilidade política e social que tiveram como ponto alto as revoltas de Canudos, a Revolta Federalista em Santa Catarina e a Revolta da Armada no Rio de Janeiro, além das indefinições do novo regime.

¹⁰ No mesmo século, anos mais tarde, os argumentos de Euclides seriam postos em xeque por representantes do exército. Num livro chamado *A verdade sobre os Os Sertões*, publicado no ano de 1958, aparece uma análise reivindicatória da campanha de Canudos. Tal livro, pouco conhecido, foi impresso pela editora da Biblioteca do exército nacional e organizada pelo General V. Benício da Silva e pelo Tenente Coronel Umberto Peregrino Seabra Fagundes. Eles afirmam que as falhas do exército apontadas pelo autor de *Os Sertões* teriam ocorrido pela falta de abastecimento de comida e de água para os combatentes e que estava evidente uma simpatia de Euclides pelos sertanejos: “vezes outras, não são contradições evidentes, mas exposições equivocadas, respirando quase sempre parcial simpatia pelos jagunços” (SILVA; FAGUNDES, 1958, p. 18). Também atribuem as agruras enfrentadas pelo exército ao governador da Bahia Luiz Viana, o qual não teria conseguido enxergar a verdadeira dimensão do conflito no arraial e terminam por responsabilizá-lo integralmente por um erro que levou ao fracasso o exército nacional.

A transição da República da Espada para um governo civil e oligárquico foi sinônimo de muita agitação em várias partes do país, a qual era sentida com um tom ainda mais catastrófico na capital.

Prudente de Moraes (1894-1898) foi o primeiro presidente civil da República que assumiu o governo num período em que o país atravessava uma grande crise econômica e um conflito político envolvendo desacordos entre as duas principais facções republicanas: de um lado estavam os radicais florianistas e de outro a oligarquia cafeeira. Militares e oligarquia promoveram a proclamação da República, mas os dois grupos não compartilhavam dos mesmos interesses e ideais políticos. Sobre a crise, o jornal *O Paiz* trazia a seguinte reflexão no dia 3 de junho de 1897:

Sejamos todos discretos e comedidos; resolvamos os conflitos políticos pelos meios constitucionais ao nosso alcance livrando a nossa pátria das commoções perturbadoras e do descrédito perante as nações do mundo civilizado. Só no funcionamento normal das nossas instituições poderemos confiar para promover o bem geral da nação e cuidar do seu progresso, propulsando o trabalho, desenvolvendo as nossas forças produtivas, criando a riqueza e preparando assim o engrandecimento da crise.

Euclides da Cunha tinha um sentimento muito peculiar com relação ao advento da República. Para ele, a proclamação significaria uma transformação da sociedade brasileira e não apenas a vitória de um partido. Para o escritor: “a campanha febril traduzia, de fato, essa arte de agitação no vácuo, numa região de ideais sem substância coletiva, sem assentimento popular...” A inesperada proclamação da República sem o conhecimento popular, se tornou também uma surpresa inclusive para seus grandes líderes propagandistas como Silva Jardim e Lopes Trovão (ANDRADE, 2002, p. 59).

Euclides da Cunha¹¹, inclusive está dentre essas pessoas que se sentiam altamente comprometidas com esse novo regime, mas ao que tudo indicava não estariam exatamente nos planos de seus articuladores. Assistia a tudo indignado ao mesmo tempo esperando que a sua vez fosse chegar, já que há bastante tempo elaborava cuidadosamente os rumos que a política deveria tomar em benefício da nação.

Percebia a queda dos velhos idealizadores e a ascensão de novos líderes que não tinham o mesmo grau de comprometimento. A tensão aumentava na medida em que

¹¹ De acordo com Olimpio de Sousa Andrade, Euclides não soube quando a República foi proclamada: “Saindo de casa, uma pensão a Rua São Januário, na manhã de 16, Euclides, segundo contam, inteiramente ignorante de tudo o que acontecera, estranhou o ar de novidade, visível ao longo das ruas e junto dos aglomerados que notava em casa esquina. E, no entanto, no dia 15, os jornais da tarde já haviam anunciado a República, em meio aos desencontros das opiniões populares, como conta Luís Edmundo, menino do colégio Abílio, em páginas de memória” (ANDRADE, 2002, p. 61).

percebia que o apogeu da República significaria a cada dia mais um regime de “desmandos” (CUNHA apud ANDRADE, 2002, p. 344).

Para Cunha (2000, p. 247) “a sociedade brasileira, em 1897, tinha alto grau de receptividade para a intrusão de todos os elementos revolucionários e dispersivos”.

Para Villas-Boas (1999) dentro da perspectiva interpretativa do “Brasil do eterno dilema”, o ataque à República aparece como o ponto alto de Os Sertões, especificamente no capítulo A Luta, o qual entrou para a história como descrevendo – em tom determinista - uma luta de raças, mas que também pode ser lido como um rompimento de Euclides com a República tal qual se constituíra. Neste capítulo é possível perceber seu diagnóstico de que o caos que o país estava vivendo era por conta da má administração republicana.

Se a desordem no país começava na capital, como conseguir a ordem nos confins do Brasil? Mais do que um desencanto pessoal, os rumos políticos da nação perturbavam os ideais de um dos que se sentiam entre os fundadores do pensamento republicano no Brasil. Euclides questionava a situação e se perguntava onde estava o ideal de transformação social desse novo regime?

Além da influência das ciências evolucionistas no pensamento social de Euclides, é possível perceber que a luta de raças poderia apontar uma saída para dilemas políticos do Brasil, na medida em que outra raça fosse responsável pelo desenvolvimento econômico, político e social da nação. O sertanejo era um retrógrado, mas ao passar por um processo de evolução inevitável teria condições de moralizar as instituições brasileiras.

Quando publicam dois artigos intitulados “A Nossa Vendéia” para o Estado de São Paulo em março de 1897, associava o movimento de Canudos com a rebelião francesa, uma revolução camponesa contra a República narrada por Victor Hugo em seu romance Quatrevingt-treize [Noventa e Três] (1874) (VENTURA, 2002, p. 30).

Os artigos revelam a análise inicial de Euclides já que traçava um paralelo da rebelião francesa com a situação no arraial baiano. Também revelavam um diagnóstico, já que pelas coincidências históricas parecia contar com a vitória da república, assim como ocorrera na França.

Euclides não era o único que pensava assim. Na época, a associação do conflito em Canudos com uma restauração monarquista era corrente, o que fazia com que os intelectuais e políticos se sentissem mais confiantes perante o regime republicano e combatessem o arraial mais veementemente por conta dele representar um inimigo político da República. Segundo Ventura (2002, p. 30):

No primeiro artigo, aproximava o conflito na Bahia da rebelião dos camponeses monarquistas e católicos da região da Vendéia, ocorrida na França de 1793 a 1795. Assim como a revolução francesa havia sido ameaçada pela Vendéia, a recém proclamada República brasileira estaria em perigo pela atuação dos seguidores de Conselheiro.

Os artigos traziam informações do relevo, clima e vegetação dos sertões baianos e de como esta conjuntura seria de fato desestruturadora do exercito nacional, o qual, mesmo assim, sairia vencedor dessa batalha. Nas palavras do autor: “A República sairá triunfante desta última prova” (CUNHA, 2000).

Graças à publicação desses dois artigos, Euclides foi convidado por Júlio de Mesquita Filho para cobrir a quarta expedição como correspondente do jornal O Estado de São Paulo, e que logo após, publicasse um estudo sobre o conflito de Canudos e seu líder Antônio Conselheiro. Assim, de agosto a outubro de 1897, o autor de Os Sertões participou como correspondente republicano do conflito no sertão da Bahia.

No início, como um propagandista do regime, se sentia apenas com a missão de relatar o conflito e esperava a vitória do Exército em meio àquela natureza rude, feito o homem de sua terra. Mas conforme os dias foram passando, Euclides foi percebendo a violência assustadora com que a guerra estava sendo combatida. O escritor voltou muito doente e abalado emocionalmente após ter vivenciado tamanha violência em uma região tão hostil.

Após essa vivência e observação do ocorrido, o engenheiro militar começou a nutrir as suas frustrações com a República que anteriormente lhe parecia como uma panacéia para todos os entraves da sociedade brasileira. Eram muitas as falhas deste regime detectadas por Euclides. Começando pelo abandono das regiões que constituíam o território nacional que não estavam no litoral. De acordo com o escritor, essa gente esquecida pelo governo tinha condições raciais e morais de formar o cerne de nossa nacionalidade, na medida em que os mestiços do litoral não passavam de degenerados e nossa elite vivia um estilo de vida artificial.

E por fim, em A Luta, o capítulo final do grande épico nacional, as críticas as instituições republicanas ficam mais explícitas. Nele, Euclides volta sua pena contra o exército, contra o Estado e contra o presidente Prudente de Moraes:

A pique ainda das lastimáveis conseqüências de sanguinolenta guerra civil, que rematara ininterrupta série de sedições e revoltas, emergentes desde os primeiros dias do novo regime, a sociedade brasileira, em 1897, tinha alto grau de receptividade para a intrusão de todos os elementos revolucionários e dispersivos. E quando mais tarde alguém se abalçar a definir, ‘a luz de expressivos documentos, a sua psicologia interessante naquela quadra, demonstrará a inadaptabilidade do povo a legislação superior do sistema político recém-inaugurado, como se este, pelo avantajá- se em demasia ao curso de uma evolução vagarosa, tivesse, com efeito

predominante, alastrar sobre um país que se amolentara no marasmo monárquico, intenso espírito de desordem, precipitando a República por um declive onde os desastres repontavam, ritmicamente, delatando a marcha cíclica de uma moléstia.” (CUNHA, 2000, p. 247).

De acordo com Galvão (1977): “Euclides da Cunha partira cético para os sertões em guerra e voltara duvidoso”. A crença na república teria caído por terra e os insucessos da batalha lhe mostravam como o regime ganhava a cada dia dimensões jamais imaginadas. Desde o governo do Marechal Floriano Peixoto, as rebeliões de caráter popular e contestatório estavam sendo reprimidas à ferro e fogo pelo exército nacional. Qualquer sinal de indisciplina era reprimido violentamente e qualquer agitação era entendida como uma ameaça à soberania republicana.

Euclides constata, ao presenciar o conflito, que não se tratavam de “inimigos da república” como o jornal *O Paiz*¹² apresenta em suas notícias, mas que o arraial passava por aquela situação por motivos sociais causados pelo descaso do grupo republicano que estava no poder. Tratava-se de um ato de desordem gerado pela própria República.

Desta forma, é possível afirmar que Euclides rompe com sua esperança no regime ao se dar conta de que esta não estava restaurando a ordem, como ele esperava, e também não se constituía em um regime que guiaria o país para o tão almejado progresso. De acordo com o autor de *Os Sertões*, a República não tinha nada planejado para a normalização da situação do país. A grande obra, definitivamente, denuncia a própria República e os seus “desmandos e desordens”.

Nesse sentido, conseguimos entender porque o escritor apresenta um projeto diferente do republicano de identidade nacional e tem uma interpretação particular sobre o ocorrido em Canudos que resultou nesse grande épico nacional, “formadora de heróis e de anti-heróis” (GALVÃO, 1977) e uma obra divisora de águas no pensamento social brasileiro.

Enfim, *Os Sertões* se consagra como uma obra nacional por excelência na medida em que trata de uma origem particular da nacionalidade, que se constitui a partir de descontinuidades geográficas, históricas, culturais e raciais (VILLAS-BOAS, 1999). Por trazer para o centro das atenções nacionais os sertões e sua gente junto de sua denúncia de um regime republicano desorganizado e que não trouxe a maior parte da população para o almejado progresso.

De acordo com Euclides, Canudos deve estar para sempre em nossas memórias como uma batalha de origem da nacionalidade, um conflito que se mostrará eterno entre a

¹² O conflito no arraial de Canudos era retratado no jornal *O Paiz* como “inimigos da República” e “inimigos da ordem”. *O Paiz*, junho de 1896. Acervo da Biblioteca Nacional.

essência nacional aliada a um estilo de vida rude e autêntico, incompatíveis com valores modernos e universais, tendo como único acontecimento transformador de suas vidas a marcha da evolução histórica, biológica, natural e necessária. Em meio a tantas ambiguidades, quais seriam as defesas de Euclides da Cunha ?

2.1 Um livro de Defesa

Em meio a tantas denúncias em *Os Sertões*, faz - se necessário trazer à tona as defesas que Euclides faz, as quais não se tratam de pieguices, mas de defesas feitas em meio a teorias científicas deterministas.

Canudos está em nossas lembranças, graças à obra de Euclides, como um conflito modelar que sintetiza uma vertente de reflexão sobre o Brasil em que emerge o embate entre valores nacionais em detrimento de uma ordem moderna e universal, ou seja, o que ameaçaria transformar o país num território sem unidade cultural e eternamente dividido entre duas civilizações.

Não é possível afirmar que *Os Sertões* se trata de um livro de defesa do sertanejo, pois se trata comprovadamente de uma obra marcada por muitas ambigüidades, de acordo com seus vários comentadores e suas releituras. Estão entre eles Alfredo Bosi, Berthold Zilly, Gláucia Villas- Boas, Olimpio de Sousa Andrade, Leopoldo Bernucci, Nisia Trindade Lima, Roberto Ventura, Walnice Nogueira Galvão.

Todos e todas ressaltam as ambigüidades que podem ser inclusive ratificadas pelo próprio autor que alcunha o sertanejo de “Hércules - Quasímodo”. Como afirmou Bernucci (1998, p. 5) “o Sertanejo é forte de corpo e fraco de espírito”.

Para Lima (1999), Euclides funda um pensamento sociológico sobre o Brasil na medida em que sua obra-prima inicia uma interpretação inovadora. O país estaria dividido em duas civilizações e geograficamente dividido entre interior e litoral. O litoral estaria entre São Paulo e Rio de Janeiro e era associada à idéia de modernização, urbanização e aos bacharéis; enfim os lugares em que o regime republicano legitimava seu poder de maneira plena e que se diferenciava com relação ao interior devido ao processo histórico de colonização que foi determinante em sua constituição racial.

É mister discorrer que essa dicotomia interior X litoral, dentro do pensamento social da época, também determinaria características físicas, psicológicas e morais dos

brasileiros. Acreditava-se que constituir uma nação que representasse o progresso nos trópicos deveria ter como base um projeto que incluísse apreensão sobre a identidade física, delimitação de fronteiras geográficas, conhecimento espacial exato de seu território e a garantia da unidade cultural dentro de suas terras (LIMA, 1999, p. 63).

Nos primeiros anos da República, houve um expressivo movimento de valorização do sertão, como espaço a ser incorporado à marcha civilizatória das elites políticas do país ou como referência da autenticidade nacional. Desse movimento simbólico que estabeleceu a delimitação de fronteiras, saneamento básico, povoamento e integração econômica e política houve uma representação negativa do homem sertanejo que seria portador de uma “religiosidade mestiça e atávica, resistia à mudança e ao fatalismo de um processo civilizatório do qual não poderia escapar” (LIMA, 1999, p. 67).

Foi dentro desta perspectiva que o mestiço, simbolizado pelo sertanejo, foi incorporado definitivamente à construção simbólica da nacionalidade brasileira. Este por sua vez não deixava de apresentar um estágio inferior da evolução social, mas o seu grupo étnico apresentava um diferencial: o sertanejo ou o caboclo é fruto do “cruzamento” entre brancos e indígenas e por isso tem chances muito maiores de corresponder às expectativas de branqueamento da população.

O “atraso” da população do interior era justificado, pelo emergente movimento sanitaria, devido ao isolamento ou, utilizando termos de seus relatórios, devido ao abandono a que eram submetidas às populações do interior do Brasil, uma situação que não proporcionava um sentimento de identidade nacional.

Contudo, as viagens realizadas pelos cientistas do Instituto Oswaldo Cruz adicionam mais uma característica à nacionalidade brasileira, a qual passaria a contar como uma de suas imagens mais fortes: a de um homem mestiço do interior e doente. As inspeções lideradas por este instituto, com o aval da Academia de Medicina, apontariam a doença - e não o clima ou a raça - como a principal característica do povo brasileiro.

Retomando a narrativa de Euclides, o tipo nacional emergiu em um contexto histórico, étnico, climático e geográfico que o “protegeu” do declínio moral da miscigenação tal como se dera no litoral. O autor levou em consideração a combinação racial entre brancos e indígenas, o sertão e a caatinga, que formaram um tipo forte e rude à sua semelhança e o seu afastamento do litoral, da vida das cidades e da civilização, o que garantiu a esse um abandono benéfico.

A cada forma de mestiço caberiam formações distintas, senão pelos elementos, pelas condições do meio. O contraste entre ambas as mestiçagens ressalta o paralelo mais

simples. Nas palavras do autor: “O sertanejo tomando em larga escala, do selvagem a intimidade com o meio físico, que ao invés de deprimir enrija o seu organismo potente, reflete na índole e nos costumes, das outras raças formadoras apenas aqueles atributos mais ajustáveis à sua fase social incipiente” (CUNHA, 2000, p. 96).

A união racial rendeu ao sertanejo tanto uma evolução psíquica mais demorada, quanto à formação de um tipo físico forte que desponta pela sua originalidade atribuída à vida selvagem que sempre teve. Nas palavras de Abreu (1998, p. 17) “pelo isolamento, as forças da natureza puderam sobressair-se com relação às forças contaminadas e contaminadoras da civilização estrangeira”.

Esta avaliação de Euclides era endossada por outros, como Araripe Junior: “era a partir desta sociedade retrógrada, mas portadora dos atributos da autêntica nacionalidade, que podia florescer uma civilização verdadeiramente nacional” (JUNIOR apud ABREU, 1998, p. 17)

A partir de uma gênese histórica da formação racial do sertanejo, Euclides se dá conta que esse grupo étnico representaria perfeitamente a nacionalidade brasileira, pois mantivera por tanto tempo intacta as suas tradições e culturas autênticas e genuinamente nacionais. Além de um paradigma racial evolucionista para defender essa sua escolha, o autor defenderia uma integração territorial e social para que a nação que existia apenas em ficção se transformasse na nação da realidade (LIMA, 1999, p. 52)

A nação projetada por Euclides em seu livro tem como fundamento a determinação de um tipo antropológico nacional. O protagonista de sua projeção é o sertanejo, o habitante encontrado na região do arraial de Canudos, que de acordo com o autor portaria a essência da nacionalidade brasileira. O habitante do sertão continha elementos que para Euclides seriam fundamentais para constituir o tipo nacional idealizado, como uma raça biológica pura e uma forte capacidade de adaptação ao meio tropical.

E o que contém de ficcional em sua defesa? No século XIX, falar em pureza racial em um país tropical nas Américas como o Brasil fazia parte de preocupações que mesclavam ciência evolucionista, antropologia criminal e medicina social tendo como eixo central a formação étnico/racial da população brasileira, que num olhar contemporâneo parecem previsões científicas ficcionais. Se nos dias de hoje parecem previsões de um futuro distante, no início do século XX a biologização das diferenças aparecia como prática efetiva da sociedade brasileira.

Embasados na medicina social da época, diversos órgãos públicos atuaram na normalização da população urbana, a qual era formada especialmente por mestiços, ex-

escravos, prostitutas, alcoólatras, pessoas doentes e desempregadas. Estes órgãos tinham como alvo a higienização do espaço urbano, campanhas de integração nacional do vasto “sertão” brasileiro. Podem-se destacar as seguintes instituições: Serviço Sanitário de SP, Faculdade de Medicina de SP, Liga pró- saneamento, Liga de saúde mental, Inspeção médica escolar, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Instituto Bacteriológico de São Paulo e o Instituto Pasteur do Rio de Janeiro.

O tema da identidade nacional envolvendo discussões sobre raça, não foi apenas uma questão de Euclides da Cunha. A mistura entre raças já era mencionada no século XVIII¹³ e se expressou, em diversos momentos e de formas variadas, na literatura nacional. Esta tratava de questões como miscigenação entre as raças, identidade nacional e conferiu um lugar histórico à idéia de sertão. Esse discurso se fazia presente na literatura da época em um momento em que as fronteiras entre os saberes sobre o social não eram bem delimitadas.

Uma obra como *Os Sertões* era classificada entre diversas áreas do saber e, apenas posteriormente, com a institucionalização das ciências sociais no Brasil, nos anos de 1930, passaria a ser classificada dentro da tradição ensaística.

Trata-se de uma forma de delimitar e restringir sua importância frente aos estudos feitos dentro de universidades e que passaram a demandar a proeminência como análises realmente “científicas” em detrimento do que se criara no passado.

Veríssimo apud Bernucci (1998, p. 4) em seu texto “A ontologia discursiva de *Os Sertões*”, traz um parecer da obra feito na época da publicação do livro por José Veríssimo:

O livro, por tantos títulos notável, do Sr. Euclides da Cunha é ao mesmo tempo o livro de um homem de ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que sabe ver e descrever, que vibra e sente tanto aos aspectos da natureza como ao contato do homem, e estremece todo, tocado até ao fundo da alma, comovido até as lágrimas, em face da dor humana, venha ela das condições fatais do mundo físico, as "secas" que assolam os sertões do Norte brasileiro, venha da estupidez ou maldade dos homens, como a campanha de Canudos.

¹³ No livro “Ensaio sobre os melhoramentos de Portugal e do Brazil” publicado em Lisboa (Imprensa Nacional), em 1821 (um ano antes da independência do Brasil), o médico e filósofo Francisco Soares Franco (1772-1844), discorre sobre a situação brasileira dando ênfase a produção agrícola e especialmente sobre a questão populacional. Ele constatou que o país era formado por três raças e, por conseguinte para se construir uma nação saudável seria necessária homogeneidade.

“He preciso que os seus diversos elementos conspirem todos harmonicamente para produzirem hum fim geral: = a segurança, e a prosperidade do Estado. =Hum povo composto de diversos povos não he rigorosamente huma Nação; he um mixto incoherente, e fraco; os diversos usos, e costumes e mais ainda as diversas cores produzem hum orgulho exclusivo, e hum decidido aborrecimento entre as diversas raças” (FRANCO apud HOFBAUER, 2006, p. 5).

Segundo Veloso (1998, p. 2-3), o aval de Veríssimo como uma das fontes da consagração desta obra, tinha como fundamento uma matriz positivista de pensamento o que permitiu que a obra fosse bem aceita pela crítica da época e passasse a fazer parte de um discurso oficial sobre a nação, em suas palavras:

Essa concepção da literatura, vista como apêndice ou epifenômeno da sociedade, é de matriz positivista. Encarada como coisa menor ou discurso de segunda grandeza, a literatura só passa a ser respeitada quando escorada pelos parâmetros cientificistas. Exige-se precisão, objetividade, exatidão. Condenam-se os juízos de valor, as interpretações e opiniões. A realidade social é concebida como um fato a ser examinado pelas lentes da ciência.

Essa visão se faz presente nos paradigmas clássicos da crítica literária brasileira, através de Sílvio Romero e José Veríssimo. Se, para Sílvio Romero, o padrão de julgamento de uma obra literária é a nacionalidade, para Veríssimo esse padrão é a linguagem. Com as devidas diferenças, o raciocínio é o mesmo: a literatura é considerada como representação fiel de uma realidade maior que a condiciona, seja ela a nação, conforme o quer Sílvio Romero, ou a língua, como quer Veríssimo.

O tom ficcional aparece novamente, por estar em um livro que não servia como guia de ciências naturais no Brasil, antes como fundador de uma vertente poderosa de interpretação de nossa nacionalidade, a qual tira muito de sua força por se apoiar em projeções de futuro.

A publicação do livro impulsionou e/ou justificou um grande número de expedições sanitárias aos sertões demonstrando como, em alguma medida, o projeto de Euclides saiu da ficção e contribuiu para gerar práticas efetivas de incorporação das várias fronteiras de um Brasil profundo. A despeito disso, a partir da apropriação da narrativa pelo discurso da medicina social bem afeito aos interesses de Estado da primeira República, o problema dos brasileiros passaria progressivamente a ser visto como a doença e não mais a raça, como havia enunciado Euclides¹⁴.

O autor se preocupava com a falta de unidade do tipo antropológico nacional, pois a realidade brasileira dificultava cada vez mais a busca científica por um tipo genuíno. Com isso em mente, Euclides articula a formação de uma raça histórica, pois essa evolução biológica iria garantir uma evolução social: “Predestinamo-nos a formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertemos, sob este aspecto a ordem natural dos fatos. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social” (CUNHA, 2000, p. 64).

¹⁴ Monteiro Lobato será o intelectual brasileiro que melhor articula essa passagem da identidade nacional brasileira em seus livros *Urupês* (1916) e “*Problema Vital*” (1918), nesses dois livros aparecem a personagem Jeca Tatu que num primeiro momento seria condenado pela sua raça e posteriormente, absolvido pela medicina. Consultar: PIMENTEL, Talita Cristina. **A profilaxia de Jeca Tatu**: um estudo sobre as relações entre o Darwinismo-social e a construção da nacionalidade brasileira no início do século XX.

A formação de um tipo híbrido iria trazer problemas evolutivos para todo sempre na nacionalidade brasileira, a qual constituiria um tipo fraco e decadente. Na visão do autor, o processo de miscigenação faria com que as más características da raça considerada inferior fossem perpetuadas através da hereditariedade:

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas do inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasilio-guarani ou o tapuia exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço – traço de união entre as raças, breve existência individual e quem se comprimem esforços seculares – é quase sempre, um desequilibrado (CUNHA, 2000, p. 93).

A união racial rendeu ao sertanejo, tanto uma evolução psíquica mais demorada quanto a formação de um tipo físico forte que desponta pela sua originalidade atribuída à vida selvagem que sempre teve. Em contrapartida aos mestiços do litoral, a civilização chegará mais vagarosamente até eles e até isso acontecer já terá vencidos todos os estágios necessários.

Já no litoral, a miscigenação estaria fadada ao fracasso por duas razões: a mistura racial com negros já determinaria a inviabilidade biológica, piorada pela influência das cidades, que, de acordo com Euclides, eram marcadas pelo vício e pela promiscuidade. Sustentava-as uma situação de modernização e civilização de empréstimo, já que os comportamentos, a cultura e a ciência eram todas de “empréstimo” de outras nações.

De acordo com Ianni (2002), o “sertanejo” e o “mulato” fazem parte de tipos e mitos de origem sobre a identidade nacional brasileira perante uma sociedade que almejava ser moderna, mas que viveu por um longo passado histórico, questões como a escravidão.

Como constituir uma ordem civilizada e urbana, perante tantas questões mal resolvidas no sertão? Como construir a modernidade com cidades cheia de mulatos indisciplinados?

A escravidão aparece como uma questão central para este sociólogo, na medida em que as preocupações em torno da construção de uma ordem moderna passariam por entraves como a consolidação da ética do trabalho livre. Teríamos no campo homens livres e retrógrados e as cidades cheias de ex - escravos que não seriam capazes de construir a civilização. A sensação era que tínhamos misturados em nossa nação o pior do atraso e o pior do moderno, em um grande descompasso.

O trabalho foi por muitos anos associado em nosso país como uma atividade degradante que deveria ser executado por outros grupos raciais não brancos. Com a passagem

de uma sociedade patriarcal/agrária para uma urbana, rumo à industrialização esses valores começariam a ser renegociados com a vinda de migrantes europeus como braços para a lavoura e que teve como desfecho também a grande presença na construção centros urbanos comerciais como a cidade de São Paulo.

Pretendo chegar a algumas questões sociais brasileiras que ficaram historicamente marcadas por infinitos dilemas referentes ao entrave da modernização do país. A constituição do povo brasileiro e a sua falta de organização como sociedade civil foi uma delas, como explicita Ianni (2002, p. 1) dentro das possíveis explicações sobre a formação da identidade nacional brasileira:

No Brasil, o Estado constitui a sociedade civil, já que esta seria pouco organizada, dispersa, gelatinosa, de tal maneira que o Estado se constitui em demiurgo da sociedade, realizando a sua articulação e direção, promovendo a mudança e tutela, sempre de conformidade com o descortínio das elites.

Os tipos descritos por Euclides ainda contém elementos que se tornarão “tipicamente nacionais” como a “índole aventureira do colonizador branco”, a “luxúria” que aparecerá mais explicitamente em obras como *Macunaíma* (1928) de Mário de Andrade e *Ensaio sobre a tristeza do Brasil* (1928) de Paulo Prado.

O sertanejo e o mulato, para Euclides se apresentam como tipos antropológicos opostos, mas que não garantiriam o progresso do país de uma maneira uniforme estaria em seus comportamentos características que se consagram como tipicamente nacionais em nossa historiografia: “o descompromisso, a informalidade, a liberdade inocente, o trabalho como atividade lúdica, o descompromisso com a disciplina, a rejeição do trabalho como obrigação, a sociabilidade solta, imprevisível” (IANNI, 2002, p. 6).

A guerra foi o desfecho final de duas raças que lutaram e venceu a mais forte. O exército nacional vence porque a marcha da civilização estava ao seu lado, o treinamento militar, a disciplina e as armas.

Dessa maneira Euclides ataca o exército ao mesmo tempo em que defende o progresso. Ataca a falta de um tipo antropológico nacional defendendo o sertanejo sem deixar de acusá-lo de retrógrado. Enfim, são uma série de ataques e defesas feitas pelo autor, as quais só existem porque o conflito de Canudos existiu.

Os Sertões surge em decorrência desse combate que só aconteceu porque os sertões e a sua gente, diferente do que defendia Euclides da Cunha, não foram incorporados dentro da grande marcha da civilização sonhada – provavelmente de formas muito distintas - pelos intelectuais e pelos políticos para a sociedade brasileira.

Na seqüência irei relacionar a defesa e o ataque republicano aos sertões, como a formação de uma cultura material formadora de identidades sociais no período em questão.

2.2 As diferentes defesas e ataques ao sertão e sua gente

O advento da República trouxe a vitória do cosmopolitismo cultural do Rio de Janeiro que se consolidou como centro político, comercial e financeiro nacional. Desde o império, a cidade se consolidou com sua vida urbana em detrimento do porto e da explosão demográfica dos anos 70. Com a vinda da corte portuguesa, em 1808, a cidade se torna a capital da colônia e, mais do que isso, a capital de todo o Império português. Nas palavras de Pinheiro (2002, p. 432):

Com a instalação da Corte metropolitana, a cidade do Rio de Janeiro transforma-se de capital da colônia em capital de todo o império português, passando a sediar a maioria de suas instituições administrativas (escolas de medicina e cirurgia, tribunais e demais instituições jurídicas, órgãos de polícia, academias militares, bibliotecas, a Imprensa Régia, academias de artes, museus etc.).

Além disso, um variado gradiente de tipos étnicos diferentes - incluindo indígenas de grupos nativos, europeus de várias nacionalidades (vindos como integrantes de missões diplomáticas, científicas ou artísticas), asiáticos (como chineses, vindos para instalar a cultura do chá), somados ao amplo e variado número de etnias africanas dos escravos negros - passa a ser visível no cotidiano da vida urbana”.

Começa a tornar-se perceptível uma oposição estrutural entre campo e cidade, a qual irá resultar em medidas profiláticas de higiene de natureza diversa para os dois espaços durante o início do século XX.

Incorporado pelo discurso médico, a valorização do sertão e de sua gente entrou de vez para o regime de verdade da sociedade brasileira, o que representava que esta população mesmo sendo mestiça e fruto de cruzamento de brancos com índios, estaria não só mais próxima da branquitude em termos raciais, como distante das “promíscuas” cidades do litoral também marcadas pela população negra recém-liberta.

Desta maneira, o esquecimento que o país reservara por tanto tempo aos sertões fora, de certa forma, benéfico, pois a partir do meio em que viviam, do clima e de sua raça, os sertanejos se constituíram como gente original que, no imaginário de uma geração, passou a expressar a autenticidade brasileira.

No início do século XIX, o governo político apropriou-se de uma nova forma de controle e disciplinamento dos indivíduos: a higiene. Na medida em que a organização espacial das cidades e o controle da população foram incorporados pelo saber médico, os

eugenistas passaram a regular as formas de educação familiar, a sexualidade “normal” e as condutas “desviantes”, relações de trabalho, os tipos de imigração considerados ideais ao aprimoramento racial; enfim medidas que tornasse a idéia de progresso biológico e social o mais próximos da realidade brasileira.

O ideal dessa “eugenia preventiva”¹⁵ articulada no Brasil era ligar um ambiente higienizado à saúde racial. Esta foi proferida pelo Estado, através do estabelecimento de políticas públicas e da medicina legal, como medida profilática para a degeneração do espaço urbano (STEPAN, 2005).

Dessa maneira, problemas de ordem social tais como criminalidade e a prostituição passaram a ser saneados como desvios patológicos da ordem moral por meio de amplas políticas de higienização e saneamento. De acordo com Schwarcz (1993, p.34), tratava-se de trazer uma nova racionalidade científica para os abarrotados centros urbanos, implementar projetos de cunho eugênico que pretendiam eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza”.

Essas constatações já faziam parte do registro da Academia Imperial de Medicina e das teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Dentro do discurso médico da segunda metade do século XIX, os sertões e o campo eram dados como lugares favoráveis a uma vida saudável que se construía em oposição às cidades, detectadas como espaço de vícios e doenças. Segundo Sevchenko (1999, p. 29):

As ruelas estreitas, recurvas e em declive, típicas de uma cidade colonial, dificultavam a conexão entre o terminal portuário, os troncos ferroviários e a rede de armazéns e estabelecimento do comércio de atacado e varejo da cidade. As áreas pantanosas faziam da febre tifóide, impaludismo, varíola e febre amarela, endemias inextirpáveis. E o que era mais terrível: o medo das doenças, somado as suspeitas para com uma comunidade de mestiços.

Com o surgimento das faculdades de medicina no país houve uma mudança da ênfase da higiene pública para a medicina legal. Essa institucionalização do saber médico permitiu que vários modelos interpretativos da realidade social, mudassem de acordo com os locais em que foram implantadas. Na faculdade baiana é o cruzamento racial que vai determinar a criminalidade, a loucura e a degeneração. Já na faculdade da capital, apenas o

¹⁵ Na virada no século XIX no Brasil, reformas sociais de cunho biológico foram aplicadas ao corpo social para que comportamentos que desviassem dos padrões morais vigentes fossem normalizados. Nesse período ainda não havia sido fundada a Sociedade Eugênica Paulista, mas a preocupação e controle social já estavam na ordem do dia, pois a degeneração já estava presente nos relatos científicos e médicos de brasileiros como Nina Rodrigues. Em linhas gerais, para a formação de uma nacionalidade nos moldes modernos o ideal era o aprimoramento racial, o mais próximo da brancura possível, junto de um ambiente higienizado, saudável e longe de vícios.

convívio das diferentes raças que compunham o país é que seriam responsáveis pelas doenças e dificuldades para se alcançar a viabilidade nacional (SCHWARCZ, 1993).

Isso explica por que todas essas reformas higienistas e sanitaristas ocorriam na capital carioca. Nas palavras de Rago (1985, p. 163 - 164):

Trata-se de um projeto utópico de desodorização do espaço urbano, através de uma ação que, pontual num primeiro momento, torna-se depois permanente e sistemática. O que estava na ordem do dia era o controle da população pobre das cidades, que agora passaria a ser feito nas ruas e em suas próprias casas, pois se acreditava que o cortiço e a favela constituíam os lugares de onde surgiam as epidemias, os vícios e os sentimentos de revolta.

Enfim, em momentos de instabilidade políticas como esses em que a República via sua hegemonia ameaçada e se sentia por um fio, reformas sociais somente pareciam ir à contramão de uma situação que pedia mudanças que não fossem provisórias, mas definitivas e restaurassem a ordem social de uma vez por todas.

Diante de tantas incertezas, esses paradigmas científicos aparecem como uma grande panacéia para os problemas sociais, raciais e políticos que estavam nas cidades e que tomariam até mesmo os sertões brasileiros como a revolta de Canudos.

As medidas de controle tomadas iam desde a “desodorização do espaço urbano” como argumentou Rago (2001) ao extermínio brutal do arraial de Canudos. Vale mencionar a posterior fundação da Sociedade Eugênica paulista em 1918, a qual durou pouco, mas conseguiu estender a influência de seus membros para o governo federal endossando reformas “científicas” para os campos e as cidades.

A partir deste contexto político e social da I República, fará parte também desta defesa do interior do Brasil, a colaboração de intelectuais com seus projetos culturais e teorias científicas.

Neste sentido apresentarei os grupos envolvidos e suas teses sobre a viabilidade da nação e da constituição da identidade nacional brasileira na virada do século XX. Tendo como referencial a obra de Euclides atribuo três momentos distintos dessa articulação política e cultural.

A primeira construção simbólica da nacionalidade brasileira aconteceu no Império. Fizeram parte dessa reconfiguração histórica e cultural escritores, artistas e intelectuais com suas obras, como também, a fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838.

Caberia a este, a fundação de discursos sobre a nação a partir da criação de uma história nacional, a recriação de nosso passado e a solidificação de mitos, enfim o instituto daria homogeneidade aos fatos e personagens da história da antiga colônia que se

tornara independente. Euclides da Cunha mesmo, muito mais tarde, entraria para o IHGB (SCHWARCZ, 1993).

Em 1844, o IHGB lançou um concurso sobre como escrever a história do Brasil. O vencedor foi o naturalista alemão Karl Friedrich Von Martius, com sua proposta de compreender a nação a partir da “mistura” das três raças. De acordo com o vencedor, ao branco caberia o papel civilizador, ao indígena a solidificação da dignidade e o escravo negro representava o maior entrave ao progresso (SCHWARCZ, 1993).

Essa visão da nacionalidade sobreviveu até o início dos anos 1890, período que ficou marcado, segundo Schwarcz (1993), pela assimilação de novos paradigmas científicos, e também pelos impactos trazidos pela Proclamação da República e a Abolição da Escravidão.

Nessa conjuntura surge uma geração de intelectuais tomados por teorias científicas da época tais como o positivismo e o Darwinismo-Social, interessados em traçar novas interpretações sobre o Brasil. Trata-se de um grupo de intelectuais que entrou para a história como a “geração 1870”.

Ventura (1991, p. 41) faz um panorama sobre as polêmicas travadas no final do século XIX entre os intelectuais da época e o melhor “estilo” a ser seguido nos trópicos. Nas palavras do autor:

A crítica e a historiografia produzidas no Brasil a partir de 1870 foram marcadas por modelos etnológicos e naturalistas e por formas reatualizadas de história natural, que levaram à aspiração, unidade do saber e à exclusão da especialização científica ou disciplinar. Daí a importância do ensaio literário, histórico e cultural como forma de expressão dos letrados e bacharéis, que tornava possível uma concatenação eclética de teorias e conhecimentos díspares apresentados como ‘saber universal’.

Vale ressaltar que foram diversas as leituras sobre o Brasil e sua gente feitas por essa geração de intelectuais. Mais do que determinar uma corrente científica, o que estava em jogo era a análise do social por meio de teorias evolucionistas. Como mostra Alonso (2000, p. 41):

Categorias como “darwinismo”, “positivismo”, “spencerianismo”, “liberalismo” sofreram apropriações, redefinições, usos políticos. Isso é evidente nas polêmicas entre facções: termos como “positivistas laffittistas” e “litreístas”, “darwinistas” e “spencerianos”, “liberais” e “conservadores” foram criados nas controvérsias. As categorias se constroem por contraste, exprimem relações entre grupos: a própria nomeação é uma arma em meio a conflitos de definição de identidades. Os termos estão inscritos num contexto de significados; são construções não só históricas como políticas. Grande parte das guerras doutrinárias disputa precisamente significados. Como demonstra Bannister (1988), para o darwinismo, o uso de terminologia doutrinária obedece motivação polêmica contra adversários mais que exprime filiação teórica.

A Proclamação da República e a Abolição da escravidão levaram a uma remodelação das bases simbólicas da construção da nacionalidade brasileira, na medida em

que o Estado se burocratizava e reemergia – em novos termos - a questão da identidade nacional.

De forma geral, esta se materializava em visões sobre inclusão e exclusão da população, em que as diferenças eram vistas como desvios de matriz biológica. “As ‘idéias raciais’ do século XIX e os esquemas evolucionistas tem, a despeito das inúmeras diferenças entre eles, algo em comum: trata-se de tradições intelectuais (linhas de pensamento) e se desenvolveram no contexto de incremento da burocratização dos Estados Nacionais ocidentais - um processo, que de um lado, formalizava as relações entre os cidadãos (‘aqueles a serem incluídos’) e, de outro, tornava cada vez mais impermeáveis os limites em relação ‘aqueles a serem excluídos’ (‘não iluminados, racialmente inferiores’, ‘subdesenvolvidos’)” (HOFBAUER, 2006, p. 139).

A novidade estava em associar a este compromisso político uma perspectiva científica sobre a problemática nacional. Alegava-se que mesmo sofrendo todo tipo de estigmatização e maus tratos, os negros deveriam ser incorporados à nacionalidade brasileira por meios criados a partir de uma ciência neutra. O que não significaria que a estrutura racial da época deveria ser mudada e que a inferioridade e o enfraquecimento da raça não fosse uma constante.

Em termos culturais, especialmente literários, a incorporação do negro e do escravo ao imaginário nacional se dá a partir de 1860, junto com a incipiente, mas contínua perda da centralidade do indígena como personagem ficcional ou assunto poético, a qual só seria retomada e valorizada com o movimento modernista de 1920 (VENTURA, 1991, p. 52). Para este crítico literário:

Enquanto Silvio Romero se encarregava da contribuição dos povos raças à formação do folclore e da literatura, Nina Rodrigues procurou delimitar um objeto, o negro ou o africano, de modo a constituir uma disciplina que tratasse de sua presença no Brasil: a etnologia afro-brasileira. O interesse pela raça negra, que dominava o país pós-abolição não deveria impedir a ciência de abordar, de forma livre e imparcial, a questão étnica. Apesar da viva simpatia que o negro brasileiro lhe inspira, proclama a evidencia científica da sua inferioridade- evidencia que, em sua opinião, nada teria em comum com a exploração realizada pelos escravistas.

O que mais interessava saber era a contribuição desse grupo racial para o folclore, a literatura, a religião e o quanto esses elementos culturais contribuiriam para o amálgama de uma cultura mestiça. Estes estavam alinhados, segundo Costa (2006), com o “axioma” do racismo científico, no qual a humanidade está dividida em raças estanques as quais correspondem a uma hierarquia biológica, em que os brancos ocupam a posição mais privilegiada.

As interpretações sobre a miscigenação e o futuro da nação se dividiam em duas: de um lado estavam aqueles que acreditavam que a mistura incessante e aleatória entre as raças levaria à degeneração, e de outro estavam aqueles que acreditavam que só através da miscigenação é que chegaríamos ao branqueamento da nação, uma vez que levaria ao desaparecimento progressivo de negros e mulatos.

Como dois grandes expoentes dessa geração, Nina Rodrigues e Silvio Romero se diferenciavam em seu debate sobre a miscigenação e a viabilidade de nação nos trópicos: para o primeiro os cruzamentos excessivos entre raças diferentes levaria à degeneração e à impossibilidade nação brasileira em se tornar civilizada, já Romero acreditava que a união racial entre diferentes iria projetar o Brasil num processo contínuo de branqueamento. Fica evidente a preocupação em eliminar o elemento negro da nacionalidade brasileira na medida em que Nina Rodrigues estabelece sua incapacidade de viver em um sistema republicano liberal (CORRÊA, 1998).

Silvio Romero, um dos contribuintes mais ilustres da geração 1870, destacou-se por se tornar ao longo de sua vida aos estudos sobre teorias raciais do século XIX para “decifrar” a dimensão racial da nação brasileira como também se dedicou aos estudos literários e culturais nacionais:

A adesão ao Darwinismo e a crença na prevalência do princípio da seleção natural entre as sociedades humanas, mostrar-se-ia passo fundamental para que Romero pudesse combinar o dogma da desigualdade biológica entre as raças e a possibilidade de um mestiçamento benigno que, se adequadamente orientado, conduziria ao branqueamento paulatino dos brasileiros (MOTA apud COSTA, 2000, p. 106).

Esse conceito desenvolvido pelo intelectual foi o de mestiçagem biológica benigna e os fatores que proporcionariam este branqueamento seria a hibridação entre as três raças, a seleção natural e a adaptação ao meio (COSTA, 2006).

Romero defendia a idéia também da existência da mestiçagem cultural para a delimitação do que iria ser a autêntica literatura brasileira. Nesse aspecto, Romero apud Ventura (1991) acredita que os mestiços são um tipo novo:

O mestiço é um tipo novo, formado a partir de cinco fatores: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira. Na história da literatura brasileira, toma a literatura como a expressão da raça e do povo, e relaciona o seu surgimento a ação diferenciadora do mestiço: “no dia em que o primeiro mestiço cantou a primeira quadrinha popular nos eitos dos engenhos, nesse dia começou de originar-se a literatura brasileira”.

Euclides compartilha com Romero também a crença na influência do meio e do clima tropical na determinação de um grupo étnico saudável nacional.

Raimundo Nina Rodrigues se consagra como médico legista na faculdade de Medicina da Bahia, onde funda os estudos de antropologia criminal e dedica boa parte de sua vida aos estudos dos negros e suas manifestações culturais. Acreditava, assegurado por teorias raciais do século XIX, que estes constituíam uma raça inferior, o que mais o preocupava já que via a crescente participação demográfica populacional dos negros na formação da nação brasileira.

Uma de suas teses centrais sobre a mestiçagem se baseia no “desenvolvimento moral e o grau de progresso biológico racial” (COSTA, 2006, p. 170). A variação moral dos indivíduos se dá de acordo com o princípio evolutivo das raças, portanto, para ele, a raça branca teria os maiores índices de moralidade em contrapartida aos negros e mestiços. Mas a mistura entre as raças era uma via de mão dupla, pois ora resultava em degeneração, ora havia misturas bem sucedidas e só através de um rigoroso diagnóstico, como a antropometria, seria possível constatar quem seriam os desviantes. Baseado nisso, Raimundo Nina Rodrigues aponta para um corte discriminatório de raça dentro do código penal brasileiro, uma vez que a moralidade estava associada apenas aos brancos e a alguns poucos mestiços.

Diferentemente de Euclides, Raimundo Nina Rodrigues opõe litoral ao sertão da seguinte maneira: as cidades do litoral seriam o local onde estaria presente a civilização e o progresso ligados aos grupos dos brancos, e o sertão estaria dominado por uma população de mestiços num estágio inferior de civilização, incultos, isolados do progresso e do desenvolvimento.

Para ele a “domesticação” do índio e a submissão dos negros não seriam o suficiente para transformá-los em homens civilizados: “Os castigos e a violência poderiam contê-los, mas não os fariam adquirir consciência do direito e do dever” (VENTURA, 1991, p. 54). Raimundo inclusive defendeu o envio das forças armadas ao arraial de Canudos para a sua exterminação, pois acreditava que Antonio Conselheiro e seus seguidores fossem monarquistas não por uma opção política, mas por um desenvolvimento moral e ético inferior.

Nesse sentido, a identidade sertaneja foi pensada por diversos grupos durante o período republicano servindo como uma saída para intelectuais e instituições que preferiam negar o fatídico encontro racial entre negros, indígenas e portugueses. Já para o encontro racial com negros foram vários os estigmas e as teorias científicas raciais, junto ao discurso médico que asseguravam a inviabilidade, imoralidade, perigo, doença e degeneração para os “mulatos” e “mulatas” que iriam formar a nação brasileira.

O que se percebe é que ao longo dos tempos, as teorias foram sendo remanejadas apontando uma saída, para haver uma melhor aceitação da realidade mestiça e

também porque era necessário evitar que diferentes grupos se enfrentassem, mantendo assim as hierarquias raciais e de gêneros intactas garantindo a segurança nacional.

Sob a influência do pensamento social inaugurado por Euclides, que consiste basicamente na incorporação dos sertões e sua gente à nacionalidade brasileira, compreendo que emerge um terceiro momento da nacionalidade situado entre os anos de 1910 e 1920. Dentro desse movimento de construção da nacionalidade estão as viagens realizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz como um movimento de desbravamento do sertão, de delimitação de fronteiras, integração econômica e principalmente saneamento (LIMA, 1999).

Essas expedições contribuíram para um retrato do Brasil diferente e para que as bases simbólicas e culturais da identidade nacional brasileira fossem reconfiguradas. Nesse movimento, os sertões foram incorporados pelo discurso médico e a constatação do abandono dessas regiões do interior mostrou que não mais a raça seria o entrave para o progresso da nação, mais sim a doença (LIMA; HOCHMAN, 1996).

Enfim, pode-se perceber que a aceitação da nacionalidade sertaneja não obteve muitas resistências dentro do período republicano. Guardadas as dimensões das diferentes concepções, quer as de Euclides da Cunha ou de Nina Rodrigues, o ideal era associar a ciência ao conhecimento do país como uma cultura híbrida que apresentava muitas resistências para se tornar moderna.

O que permite as diferentes aceitações é a crença no progresso que tinha como denominador comum uma ciência evolucionista na qual depositavam as esperanças como possível transformadora de uma realidade mestiça nos sertões e nas cidades

3 PARTE 2: A AUTENTICIDADE SERTANEJA E AS AMEAÇAS SOCIAIS FRENTE AOS GENUINAMENTE OUTROS DA NAÇÃO

A partir de um olhar contemporâneo conseguimos dizer que a narrativa de Euclides da Cunha, e de muitos outros clássicos nacionais, nos remetem a uma matriz colonial de pensamento. Também se associa à manutenção de valores relacionados à branquidão, ao masculino e a Modernidade. No início do século XX, tudo se voltava para o projeto de inventar o Brasil com base em matrizes de pensamento universalizantes.

É um movimento rumo à “civilização”, resultado de uma sociabilidade excessiva e imoral, que tem como sentido o desejo do homem branco europeu a quem sempre coube a incumbência de civilizar. “As raças civilizadoras estão propensas de maneira particular a misturar seu sangue” (GOBINEAU apud YOUNG, 2005, p. 133).

Dentro de uma relação hierárquica de poder, o homem branco se encanta com a exótica sensualidade das mulheres negras e indígenas, tomado por seu sentimento de poder e dominação sobre essas mulheres sem resistência. Assim fundam-se as relações de submissão acompanhadas do imperativo de sado-masochismo (YOUNG, 2005, p. 108).

Dentro dessa perspectiva, o que poderia parecer mais universal para época do que homens europeus em “aventuras coloniais”? (CUNHA, 2000).

Guardadas as dimensões históricas e culturais de cada contexto colonial, tivemos como mantenedor dessa lógica, em solo nacional, o desejo inter racial que se apresentou de diversas maneiras dentro da historiografia como “índole aventureira do colono” (CUNHA, 2000, p. 87), “fecundidade dos negros” (CUNHA, 2000, p. 94), “índias devassas” (KRAFT-EBBING apud RAGO, 2001, p. 7).

O interessante é notar o quanto essa combinação sexual seguiu determinadas hierarquias para fazer parte das narrativas nacionais. Se numa primeira impressão a lubricidade e a permissividade fizeram parte de um contexto colonial e de formação da nação, num olhar mais atento percebemos que na verdade não somos tão misturados assim (MOUTINHO, 2004).

Denise Ferreira da Silva (2006, p. 65) entende a categoria mestiço como uma identidade histórica de sujeição: “um sujeito moral singular, histórico e nacional que pareceu sempre lançar mão de sua autonomia em esfera pública e privada e aparecer em narrativas como a grande ameaça, partindo da lógica de que o mestiço como significante de fantasias

que serviu muito bem a dominação colonial, ou como uma refiguração de um processo de exclusão fracassado”.

E por que um processo de exclusão fracassado? Pois nossa “imaginação nacional” nos moldou como mestiços que se reconhecem sensuais e sexualizados ao mesmo tempo em que, historicamente, formou identidades por meio de relações desiguais de poder. Meu objetivo neste trabalho é tornar visíveis certos processos históricos e identidades sociais que foram invisibilizados. Busco, em sintonia com Scott (1998, p. 300) “chamar a atenção para dimensões da atividade e da vida humanas normalmente consideradas indignas de menção para serem citadas nas histórias convencionais”.

No Brasil de fins do dezenove, emerge uma sexualidade compreendida em matriz biológica, de forma que as uniões inter-raciais eram vistas a partir de desejos e provocações, dentro de um senso comum biologizante, como “uma força natural que existe antes da vida social” (RUBIN, 2003, p. 18) Baseado nessa concepção, no decorrer de *Os Sertões*, Euclides da Cunha faz uma reconstituição histórica do povoamento e dos “cruzamentos raciais desenfreados”, aos quais supostamente até mesmo o clero se permitia. Esta descrição se referia aos que se deram ainda na época da colônia e que teriam sido predominantemente entre índios catequizados de “boa índole” e brancos:

A mancebia com a cabocla descambou logo em franca devassidão, de que nem o clero se isentava. “O padre Nóbrega definiu bem o fato, na celebre carta ao rei (1549) em que, pintando com ingênuo realismo a dissociação dos costumes, declara estar o interior cheio de filhos cristãos, multiplicando-se segundo os hábitos gentílicos”. (...) A primeira mestiçagem fez-se, pois, nos primeiros tempos, intensamente entre o europeu e o silvícola (CUNHA, 2000, p. 79).

O autor de *Os Sertões* afirma, no capítulo *O Homem*, que boa parte da população indígena do Norte deixou de existir devido à intensidade dos “cruzamentos” dados na região: “Sem idéia nenhuma pré-concebida, pode-se afirmar que a extinção do indígena, no norte, proveio, segundo o pensar de Varnhagem, mais em virtude de cruzamentos sucessivos que de verdadeiro extermínio” (CUNHA, 2000, p. 79). Interpretação claramente enaltecida de uma miscigenação “branqueadora”, espécie de solução para os elementos raciais indesejados.

Os relatos históricos de Euclides sobre a miscigenação a caracterizam como tendo ocorrido, em tese, devido à “índole aventureira do colono” (CUNHA, 2000, p. 87) e à impulsividade do indígena. Estes atributos deixam transparecer que, para o autor, a identidade indígena se manifestava através de uma sexualidade permissiva e os colonizadores se deixavam levar por seus instintos, e que, por fim, o processo civilizatório equivaleu a uma grande aventura sexual.

Além disso, afirmar que a miscigenação de brancos com índios se deu maciçamente na história nacional mantém determinadas estruturas de dominação de gênero, de raça e de classe, sem dizer das várias ideologias do branqueamento no período da Primeira República. Terras férteis, interior do Brasil e aventuras dão o sentido de formação do Sertão:

Tendo suplantado em toda linha o selvagem, depois de o dominarem escravizaram-no e captaram-no, aproveitando-lhe a índole na nova indústria que abraçavam. Veio subseqüentemente o cruzamento inevitável. E despontou logo uma raça de curibocas puros quase sem mescla de sangue africano, facilmente denunciada, hoje pelo tipo normal daqueles sertanejos. Nasciam de um amplexo feroz de vitoriosos e vencidos. Criaram-se numa sociedade revolta e aventureira, sobre a terra farta; e tiveram, ampliando os seus tributos ancestrais, uma rude escola de força e de coragem... (CUNHA. 2000, p. 87).

É uma junção de sangue, natureza, clima que faz com que “os cruzamentos” se tornem inevitáveis. São nessas regiões que os sertanejos, segundo Euclides, formam a nacionalidade brasileira. Como se a história tivesse passado por um período puro em que laços incertos formam uma população que se deixa envolver num momento inicial por colonizadores e alguns séculos depois por “fanáticos religiosos”.

É exatamente essa pureza, docilidade e falta de malícia que os leva a Canudos. Pessoas que surgem de aventuras sexuais formam sociedades que oferecem riscos, acontecimentos imprevistos e incertos que precisa ser defendida por não terem discernimento o suficiente sobre o bem e mal, o certo e o errado. São tutelas sexuais que se transferem para a formação de uma perigosa e indesejada esfera pública no recém-criado regime republicano.

As hierarquias do casal miscigenador, delineados por Moutinho (2004), também aparecem nesse clássico nacional: são negros “fecundos” e “índia portentosa” (CUNHA, 2000, p. 72, 94) e colonos aventureiros. Quer dizer, que são os mesmos homens que não são cem por cento brancos que se envolvem aventureiramente com nativas que vivem isoladas e puras responsáveis pela perpetuação da raça.

As mulheres negras não são nem citadas pelo autor. Aparecem apenas “mulatos” que podem até possuir uma “fecundidade”, mas que - ao mesmo tempo - não teriam a moral necessária para a constituição de um tipo nacional. Segundo Euclides da Cunha (2000, p. 90-91):

Ora, toda essa população perdida num recanto dos sertões lá permaneceu até agora, reproduzindo-se livre de elementos estranhos, como que insulada e realizando, por isso mesmo, a máxima intensidade de cruzamento uniforme capaz de justificar o aparecimento de um tipo mestiço bem definido, completo. Enquanto mil causas perturbadoras complicavam a mestiçagem no litoral revolvido pelas imigrações noutros pontos centrais outros empedros irrompiam no rastro das bandeiras- ali, a população indígena, aliada aos raros mocambeiros foragidos, brancos escapos ‘a justiça ou aventureiros audazes, persistiu dominante.

São três raças formadoras que, por meio de combinações binárias, formam duas civilizações dentro do mesmo país. Dois tipos distintos de desejo inter-racial, de acordo com esse clássico, emergem em contraste por meio de um conflito que demonstra que esses grupos que não podem ultrapassar barreiras históricas e geográficas para não atrasarem a marcha rumo ao progresso. A seleção, que na verdade parece surgir ao acaso, gerou acidentalmente, por uma “índole aventureira” (CUNHA, 2000, p. 87) um tipo antropológico puro que só aparece na cena nacional quando são invadidos pelo litoral e deflagram o conflito de Canudos.

É a formação, na verdade, de dois Brasis que têm como denominador comum o homem branco constituindo famílias patriarcais, relações extraconjugais com mulheres não brancas e que podem produzir uma prole genuinamente nacional no sertão ou - ao mesmo tempo - gerações de neurastênicos no litoral. Vale ressaltar que a prole é pensada no gênero masculino, já que a neurastenia era uma suposta doença mental que ameaçava homens, uma espécie de equivalente masculino da histeria em fins do século XIX. Vista como resultado da civilização ou refinamento intelectual excessivos, a neurastenia era apresentada nos tratados de psiquiatria como o lado negativo do progresso.¹⁶

A guerra de Canudos apresenta esse conflito entre dois grupos representativos de duas formas de miscigenação. Somente a partir da existência do conflito é que Euclides da Cunha, mesmo sendo um conhecedor das causas nacionais de antemão, pôde registrar a existência de uma formação histórica da nacionalidade sertaneja. Exatamente nesse momento Euclides percebe que até então o esquecimento daquela região lhe fora benéfico para a manutenção de uma nacionalidade original.

Ao mesmo tempo, tal contato com o sertão baiano lhe permite perceber e avaliar os cruzamentos inter-raciais acontecidos nas cidades do litoral, os quais, surgidos em meio a supostas adversidades, não seriam capazes de construir uma nação.

Mas se a civilização do litoral não existisse quem iria combater o movimento do beato do sertão? Mantidas suas fronteiras, são relações inter-raciais que têm sua razão de existir para a manutenção da ordem social. Se Euclides sente-se fora de um círculo político de influências da Rua do Ouvidor que decidia os rumos da nação, com a publicação de sua

¹⁶ Segundo Ian Hacking, a neurastenia era uma transient mental illness ou, nos termos de Sander L. Gilman, uma “doença fantasma” reveladora de temores e tensões que afetavam a sociedade da virada do século. Sem um conjunto claro de sintomas, servia como um rótulo para aqueles que infringiam normas sociais ou desenvolviam comportamentos suspeitos. Não por acaso, os artistas em geral, mas os estetas em particular, eram apontados como neurastênicos em potencial devido à hipersensibilidade e o intelecto desenvolvido. Diagnósticos de neurastenia eram emasculadores e serviam também para diagnosticar “tendências” homossexuais. Sobre o tema consulte Miskolci, 2003.

obra prima em 1902 funda uma matriz de nosso pensamento social que, de acordo com os olhares da época, parecia muito mais nacional do que a vigente entre nossos políticos.

Compreender o exposto acima, só é possível quando atribuímos a formação da nacionalidade aos discursos (HALL, 2005, p. 50). Mesmo sem se dar conta em vida, ficando boa parte de seu reconhecimento para a posteridade, Euclides - com a publicação de *Os Sertões* - reforça uma ordem de discursos nacionais que se tornaram referência para a consolidação de controle social nas cidades tendo como eixo não explicitado a sexualidade. A pureza dos sertões faz com que a “devassidão” das cidades se torne perigosa.

Entre as várias justificativas para a condenação da vida nas cidades estariam fatos como a abolição da escravidão, a prostituição, a boemia dos trabalhadores urbanos, enfim, tudo que delimitava uma fronteira entre quem deve fazer parte da nacionalidade e os Outros.

Com base em seu legado, Lima (1999, p. 71) aponta as proximidades entre a argumentação euclidiana e a de Rondon, com relação à incorporação dos sertões e “os ecos da obra denuncia de Euclides da Cunha entre os cientistas que participaram das viagens científicas do Instituto Oswaldo Cruz.

Entre as denúncias feitas pelo escritor, destacava-se o parasitismo litorâneo que foi efetivamente combatido após a publicação da grande obra. A lógica era acolher os sertões simbolicamente à nacionalidade e controlar nas cidades qualquer desvio da norma estabelecida para manutenção das barreiras “saudáveis” do sexo inter-racial. Assim, dentro desse movimento de reformas sociais para a transformação do Brasil num país moderno, coube a regulamentação da vida social tendo como eixo não explicitado a sexualidade.

Como já dito, Michel Foucault apontou o surgimento de uma nova política focada nos corpos e na vida, o biopoder. A partir dessa nova ordem do poder, emerge o dispositivo da sexualidade, dentro do qual foi possível a regulação dos processos vitais dos indivíduos através da disciplina e da normalização de condutas. O que estava em jogo era a maneira como cada qual se mantém vivo, cuida de sua saúde, de sua higiene, de sua alimentação, e principalmente de sua sexualidade. Para Foucault (1985, p. 152):

Este poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois pólos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos- tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anatomo-política do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo- espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte

dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população.

Segundo o filósofo francês, o dispositivo da sexualidade se apóia em quatro estratégias principais: a histerização do corpo feminino, a pedagogização do sexo da criança, a patologização das perversões e a regulação das condutas procriativas. Pode-se constatar que, no Brasil, desde o princípio, a raça foi determinante na regulação das condutas procriativas já que se dava por meio de uma distinção discriminatória e hierarquizante entre as mulheres brancas, “mulatas” e negras. Os debates sobre nacionalidade, por trás da temática racial, escondiam seu fundo de regulação da sexualidade para fins reprodutivos com fins definidos e ideais.

A miscigenação “branqueadora” era um propósito que guiava de políticas públicas a discursos culturais tendo em comum a busca do controle do sexo inter-racial e a construção da nação.¹⁷ Nesse sentido, a obra de Euclides aparece como um discurso nacional que irá endossar essas práticas, pois condena a miscigenação desenfreada e o encontro sexual entre diferentes raças para a consolidação de uma nacionalidade pura.

Se o sertanejo se consagra como um povo ingênuo, fruto de relações inter-raciais aventurosas e fadados a uma ordem social de imprevistos, como conseguiu fazer parte de um movimento social contestatório e – na visão de alguns - politizado? O arraial de Canudos representou tanto terror nacional frente a valores hegemônicos como religião católica, líderes republicanos civis, militares, proprietários de terra que - de fato - somente o seu extermínio não deixaria pistas para a existência de valores alternativos¹⁸ frente à hegemonia dessas instituições e pessoas. Nessas condições, qual história de Canudos se tornaria hegemônica? Entre muitas, se destacará e ganhará força a versão apresentada em *Os Sertões de Euclides da Cunha*.

Retomando a análise da centralidade do desejo inter-racial formando a nacionalidade brasileira através de clássicos da historiografia e literatura, percebe-se a

¹⁷ Dentre essas reformas de controle social pautadas no biopoder aparece o tratamento da prostituição como um ato degradante das cidades. Como medida de controle do espaço urbano os médicos e autoridades policiais condenavam as prostitutas, em especial as estrangeiras supostamente mais “malévolas e experientes”, como um perigo moral para a juventude. Estas seriam responsáveis pela perda dos antigos padrões morais, feminização e enfraquecimento da raça (RAGO, 2005, p. 103).

¹⁸ Dentre os discursos que conformam a existência do pânico moral de Canudos aparecem os jornais como *O Paiz* que retrata os revoltosos de Canudos como “fanáticos”, e “monstros indisciplinados”, e também em sua grande obra *Euclides da Cunha* condena seus hábitos religiosos mestiços que se mistura a sua origem racial: “Não seria difícil caracterizá-las como mestiçagem de crenças. Ali estão, francos, o antropismo do selvagem, o animismo do africano e, o que é mais, o próprio aspecto emocional da raça superior, na época do descobrimento e da colonização” (CUNHA, 2000, p. 118).

fundação de uma matriz de interpretação sobre o Brasil em que o conflito é a condição para que as barreiras do desejo inter-racial não sejam ultrapassadas, para que existam dois Brasis. Esta divisão simbólica, cultural e racial do país fundada por Euclides, a partir de sua interpretação do conflito de Canudos, marca a delimitação de uma fronteira entre uma cultura particular e a civilização que tem como grande ambigüidade o homem branco, que transita entre as duas ordens e mantém o sistema de dominação.

O episódio de Canudos, narrado por Euclides, serviu como um sinal de alerta para os intelectuais, a mídia, o exército e o Estado, na medida em que o desejo inter-racial aparece como a expressão de desordem, como o que deveria ser normalizado como um marco biopolítico do poder republicano.

Dentro dessa lógica, o desejo inter-racial marca as fronteiras de uma nacionalidade indesejável dentro de uma ordem social republicana que se sente ameaçada com a revolta de um povo mestiço fomentador de anarquia popular. O temor do povo como resultado de uniões indesejadas, incontroladas, era feito uma ameaça às diferentes variações de um ideal elitista de nacionalidade constituída dentro de um modelo racionalizado de sexualidade que apontasse para nossa “europeização”, civilidade, em suma, para nossa viabilidade como nação.

Antes de especificar o debate racial de Euclides da Cunha e sua defesa de um tipo antropológico nacional puro, irei apresentar um breve histórico da categoria mestiço. Iniciarei com a forma como a categoria é incorporada dentro de um discurso científico pré-Darwin e, depois, em termos evolucionistas.

3.1 A “raça” como um marcador social da diferença

Antes da categoria raça ganhar suas dimensões biológicas, o marcador social já existia dentro de uma lógica de inclusão e exclusão da moral cristã portuguesa anterior à colonização do Brasil. Um retrospecto dessa questão permitirá entender a dinâmica das raças na nação brasileira na virada do século XIX para o XX e o quanto essas concepções já estavam presentes desde a colonização.

Neste trabalho, a categoria raça será tratada como uma construção social, sem deixar de levar em consideração o fato de que “independente das vezes que o conceito é

exposto como vazio, a "raça" ainda atua como um marcador aparentemente inerradicável de diferença social” (BRAH, 2006, p. 330).

Fará parte deste capítulo a demarcação histórica de processos de racialização¹⁹ experimentadas de maneiras diversas pelos sujeitos em suas diferentes classes e gêneros, marcados de uma maneira primordial pela sua “não-branca”. É evidente que cada racismo tem a sua história característica, mas um grupo heterogêneo de indivíduos foi subordinado dentro de uma mesma lógica binária: branco/não branco, o que fez com que alguns indivíduos fossem estigmatizados, principalmente pela sua raça, e enfrentassem práticas comuns de subalternização (BRAH, 2006, p. 330 -332).

Refletir em diálogo com a vertente pós-colonial²⁰ é constatar que houve um pensamento colonial que produziu por muitos anos, não só na ciência européia, mas também na religião, o exotismo e a discriminação do Outro. Não se trata de uma inversão de enunciador, mas da tentativa de delimitar historicamente as diferenças (e não desvios) que marcaram por muito tempo as identidades sociais. Esta investigação, focada no caso brasileiro, busca reconstituir e analisar um fato político que marcou a formação de um Estado nacional republicano atentando para a gramática racial em que ele foi narrado.

Vale à pena fazer um breve histórico da origem da palavra mestiço que já era empregado pelos portugueses no século XIV, e tinha um significado mais amplo, pois significava apenas o cruzamento entre dois elementos diferentes. A reconstrução etimológica mostra que o conceito sofreu transformações e adquiriu uma transformação semântica. “Mestiço deriva-se da palavra latina tardia *Mixticius* (misturado) (FORBES apud HOFBAUER, 2006)”. “Assim, chama-se a atenção para o fato de que na Península Ibérica, esta palavra era usada inicialmente para referir-se aos “moçarabes” (cristãos arabizados)” (HOFBAUER, 2006, p. 89).

O primeiro registro da palavra em uma enciclopédia portuguesa data de 1569, no dicionário português-latim de Hyronimo Cardoso: “Segundo Forbes, no Brasil a palavra ‘mestiço’ aparece pela primeira vez em 1552 numa das cartas jesuíticas, sem que o autor

¹⁹ Para um aprofundamento sobre a teoria queer e mecanismos de “sexualização da raça” e “racialização do sexo” consultar: Entrevista: Beatriz Preciado – Jesus Carrillo. 18 de outubro de 2004. Disponível em: <<http://www.arteleku.net/4.0/pdfs/preciado.pdf>>.

²⁰ “Talvez seja razoável dizer que a distinção entre estudos culturais, na versão britânica, e estudos pós-coloniais seja apenas cronológica. Afinal, desde que Stuart Hall, figura central dos estudos culturais britânicos, desloca sua atenção, a partir de meados dos anos de 1980, de questões ligadas à classe e ao marxismo para temas como racismo, etnicidades, gênero e identidades culturais, verifica-se uma convergência plena entre estudos pós-coloniais e estudos culturais.” (MORLEY; CHEN, 1996, apud COSTA, 2006).

esclarecesse seu conteúdo semântico. Aqui mestiço é explicado por meio de dois sinônimos: ‘*ibria*’ (hybrida)²¹ e mulato (homem mulato)” (HOFBAUER, 2006, p. 89).

Antes das terminologias e metáforas biológicas para os indivíduos marcados pela sua não brancura, o critério de segregação era religioso. O pertencimento ou não à cristandade e a cor começaram a ser articulados como categorias de segregação, associados sempre a valores morais cristãos. Por isso, as incursões jesuíticas no período da colonização tinham maior ênfase nos indígenas porque estes, na concepção religiosa, teriam cor de Leopardo e seriam pardos. Mesmo marcados pela sua não brancura, constatava-se que eram diferentes dos negros de Guiné.

Acreditava-se, a partir do ponto de vista judaico-cristão, que os seres humanos teriam cores diferentes devido a uma passagem bíblica do Velho Testamento, em que Noé teria castigado seu filho Ham por tê-lo olhado nu e assim começou a maldição de todos que descendiam dessa linhagem. Dessa maneira, negro ficou relegado ao mal, desonesto e indesejável. Até o século XVIII, cor era uma forma de exclusão naturalista-religiosa, não fundamentada em um estatuto científico. Até as explicações puramente naturalistas como as geográficas e as climáticas estavam atreladas, de certa forma, a imagens religiosas de brancos e negros.

Sobretudo, no final do século XIX, na maioria das abordagens, a categoria “raça” ganhava um conteúdo que independia totalmente de contextos geográficos e/ou climáticos. As “classificações raciais” que surgiriam nesse contexto baseavam-se agora num “ideário biológico” ou tinham, por vezes, como referencia também estágios de evolução (neste caso, a argumentação racial mesclar-se-á com concepções evolucionistas) (HOFBAUER, 2006, p. 105).

Antes de especificar o debate brasileiro e o pessimismo com relação à mistura entre raças diferentes, é necessário definir como se dava o debate entre os principais teóricos internacionais e as principais correntes científicas, entre elas a monogenia e a poliginia e, posteriormente, o evolucionismo. Esses saberes tinham como questão a mistura racial entre diferentes e a dúvida com relação à formação de híbridos, sua fertilidade, dúvidas sobre moralidade, doença e degeneração.

²¹ É necessário enfatizar que na história do Ocidente o ‘hibridismo’ foi associado por muito tempo com misturas não raciais e significava mistura entre domesticado e selvagem, estrangeiro e cidadão. Para maiores informações sobre o assunto consultar Andréas Hofbauer: **Uma História de branqueamento ou o negro em questão**. Editora Unesp, 2006.

O monogenismo consiste em uma teoria que afirmava que a humanidade em suas diversas formas se originara a partir de uma única espécie. Trata-se de uma corrente científica pré-Darwin. Esse debate, no século XIX, ganha mais fôlego com a publicação de Conde de Gobineau de seu Ensaio sobre a Desigualdade das Raças. “O Conde de Gobineau foi um pioneiro da racialização das relações humanas, pode ser considerado um ícone do pensamento racista tendo inaugurado uma certa percepção de mestiçagem e do contato com raças distintas” (MOUTINHO, 2004, p. 52-53).

Para Gobineau apud Young (2005) a igualdade do gênero humano não poderia existir. Tratava-se de uma estratégia de povos mestiços que se acreditassem nisso poderiam um dia ter suas realidades mudadas.

Nesse sentido, Young (2005, p. 136) aponta o grande paradoxo que a mistura racial resulta de acordo com Gobineau. O sexo inter-racial aparece como uma estratégia de dominação das raças brancas ao mesmo tempo em que irá significar o declínio da espécie e da civilização:

Enquanto a diferença entre raças é definida em termos culturais, através de graus de civilização, a própria cultura se torna o produto de uma diferença sexual identificada com a mistura heterossexual de raças. Assim, a cultura é produzida pelo mesmo processo de relações sexuais entre as raças masculinas e femininas, que produz a força degenerativa de descendências infinitamente miscigenadas –o mesmo *mélange* de raças, e, portanto a própria cultura traz também o declínio da civilização.

A monogenia, basicamente significava que as diferentes raças humanas descendiam de uma única matriz, e qualquer diferença racial seria explicada pela degeneração: “Isto significava que a origem pura do homem era o macho branco - o meio e medida universal de todas as coisas – e que todas as demais formas eram uma deterioração deste ideal, como consequência do gênero ou da geografia ou de ambos” (YOUNG, 2005, p. 123).

Dentro dessa matriz de pensamento houve um grande influenciador de Euclides da Cunha: Buffon. Sua teoria se baseava na idéia que só deveriam existir cruzamentos dentro da mesma espécie e que um aprimoramento das raças inferiores poderia ser possível em ambientes propícios (GOULD, 1999, p. 27).

O argumento poligenético, por outro lado, afirmava que as diferentes raças eram espécies distintas e haviam sido desiguais o tempo todo, e que assim deveriam permanecer (YOUNG, 2005, p. 123). Os argumentos poligenistas reforçavam o pessimismo com relação à miscigenação, pois a mistura entre diferentes iria resultar em tipos cada vez mais adversos e não seria possível saber ao certo os níveis seguros da mistura, a degeneração aparecia como uma preocupação e impunha limites aos cruzamentos inter-raciais.

De acordo com Gould (1999, p. 32) foram dois os grandes nomes da poliginia, assim como foram dois grandes influenciadores de Euclides da Cunha. O suíço Louis Agassiz defendia a tese que não existia uma unidade no gênero humano, mas que em cada região, foram se constituindo raças geográficas diferentes.

Posteriormente, reconheceu que havia uma estrutura comum que ligava os homens na terra, ainda que como espécies em separado. De acordo com o autor, nada lhe causara mais terror do que a mistura racial e ainda acrescenta: “o vigor da raça branca depende de seu isolamento” (GOULD, 1999, p. 33).

O americano Samuel George Morton ficou conhecido com o “empírico da poligenia”, ele queria provar a hipótese de que uma hierarquia racial poderia ser estabelecida através da mensuração de características físicas, especificamente através das características orgânicas do cérebro. De acordo com a sua mensuração, o resultado já era o imaginado: os brancos com as características dominantes, os indígenas intermediários e os negros como os inferiores (GOULD, 1999, p. 42).

A partir da segunda metade do século XIX houve o surgimento de uma gama de discursos e práticas científicas, institucionais e políticas que tiveram como premissa um recorte racial discriminatório. A miscigenação representava uma ameaça constante ao futuro da nação, compreendida em aspectos biologizantes referentes à manutenção da vida, como a hereditariedade e a mistura de sangue.

Vale ressaltar que esse recorte discriminatório racial se dava dessa maneira em escolas científicas pré-Darwin. Depois da ascensão do pensamento evolucionista, a preocupação em torno da mistura racial se torna ainda mais legítima, ao mesmo tempo que, não por acaso, a biologia vai se tornando a ciência com maior poder explicativo em nossa sociedade.

Foucault (1979, p. 11) atribui às teorias de Darwin e seus desdobramentos evolucionistas o grande paradigma de mudança na concepção científica ocidental, mudando substancialmente a concepção das diferenças e os desdobramentos evolucionistas sobre a criminologia, por exemplo, viabilizando uma união entre eugenia e psiquiatria. Dessa maneira, em nome de uma ciência, o cientista faz intervenções e em uma sociedade, no caso brasileiro se legitima a partir de práticas e discursos discriminatórios:

Historicamente, Darwin representa o ponto de inflexão na história do intelectual ocidental (deste ponto de vista, Zola é muito significativo: é o tipo de intelectual “universal”, portador da lei e militante da equidade; mas alimenta seu discurso com uma referência monológica, evolucionista, que acredita ser científica e que, inclusive, domina muito mal, cujos efeitos políticos sobre seu próprio discurso são bastante ambíguos)...

Em contrapartida, a particularidade brasileira iria se revelar através de três raças: brancos, índios e negros em um o meio tropical também, o que limitaria o desenvolvimento econômico, político e científico da nação. Cabe agora discorrer como Euclides da Cunha vê a realidade brasileira e como foi a sua compreensão da mistura racial.

3.2 O Sertão vai virar Nação: Euclides da Cunha e a defesa de um tipo antropológico nacional

Para Euclides da Cunha, a marcha da civilização parecia estar em passos lentos no Brasil no final do século XIX. De acordo com o escritor: “A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social” (CUNHA, 2000, p. 64). A crença na evolução biológica estava associada a um aprimoramento racial e a formação de um tipo antropológico nacional, o qual só entraria em cena com a mistura entre diferentes raças, com a prerrogativa de que homens brancos garantissem a perpetuação de valores civilizatórios.

Ao longo da obra de Euclides da Cunha são várias as matrizes evolucionistas que marcam o seu debate racial. Por meio de um capítulo específico para a discussão, O Homem, o autor de Os Sertões define qual seria o tipo antropológico nacional em termos raciais e científicos por meio da exposição de um histórico sobre dois processos distintos de miscigenação brasileira, o primeiro ocorrido no interior e o outro no litoral.

No capítulo citado, Euclides articula toda a sua preocupação em torno da mistura entre as três raças formadoras da nacionalidade brasileira. Seu discurso marcado pelo cientificismo apresenta, em linhas gerais, argumentos dentro da linha do poligenismo:

“A combinação ternária inevitável, determina, no caso mais simples, três outras, binárias. Os elementos iniciais não se resumem, não se unificam; desdobram –se, originam número igual de subformações, substituindo-se pelos derivados, sem redução alguma, em uma mestiçagem embaralhada onde se destaca como produtos mais característicos o mulato, o mameluco ou curiboca” (CUNHA, 2000, p. 63).

Com essa constatação do autor de Os Sertões, tem-se uma visão pessimista do encontro racial entre os três grupos, pois dessa maneira iriam formar cada vez mais tipos díspares levando ao surgimento de subtipos raciais e com dosagens de sangue cada vez mais diluídos das formações de origem.

De acordo com as teses poligenistas, grupos raciais diferentes deveriam manter-se diferentes. Compreende-se porque Euclides vai na contramão da teoria das três

raças, idéia corrente no Império e ainda com ecos no período republicano. Enquanto Silvio Romero defende a idéia de “mestiçamento benigno” e a crença de que as três raças combinadas poderiam levar o país ao branqueamento, Euclides acredita que a mistura racial apenas deteriora e enfraquece as raças. De forma que três grupos distintos se misturando jamais formariam uma raça original:

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas do inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo- europeu, o negro e o brasilio-guarani ou o tapuia exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante ‘a revivência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço –traço de união entre raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares - é quase sempre, um desequilibrado (CUNHA, 2000, p. 93).

Euclides critica os debates raciais em torno da influência indígena na formação da nacionalidade e da presença dos negros, pois estávamos constituindo um novo tipo nacional que desenvolveu características singulares devido à influência do meio. Para a articulação da influência indígena este apontava o romantismo, ufanismo e a mitificação por trás dessa articulação. Já com relação aos negros, este afirma que existe um exagero na influência desse tipo na formação étnica brasileira, uma vez que esta raça apresentava resistência biológicas à incorporação das raças superiores.

O autor se preocupava com a falta de unidade de um tipo antropológico genuíno, pois a realidade nacional dificultava cada vez mais a busca científica por ele. Com isso em mente, Euclides articula a formação de uma raça histórica.

Somado às teorias raciais, Euclides também fora influenciado pelas teorias deterministas geográficas e climáticas, pois junto da inviabilidade racial, apresentávamos também a inviabilidade mesológica, tese que teve como seus maiores expoentes Ratzel e Buckle, que advogavam que o desenvolvimento cultural de uma nação seria totalmente condicionado pelo meio (SCHWARCZ, 1993, p. 58) Em uma passagem do romance fica evidente a influência dessas correntes deterministas:

O serrado mar tem um notável perfil em nossa história. Transposta a montanha – arqueada como a precinta de pedra de um continente – era, um isolador étnico e um isolador histórico. Anulava o apego irremovível ao litoral, que se exercia ao norte; reduzia-o a estreita faixa de mangues e restingas, antes do qual se amorteciam todas as cobiças, e alteava, sobranceira as frotas, intangível no recesso das matas, a atração misteriosa das minas... (CUNHA, 2000, p. 74).

E acrescenta: “As circunstâncias históricas, em grande parte oriundas das circunstâncias físicas, originaram diferenças iniciais no enlace das raças, prolongando-as até o nosso tempo” (CUNHA, 2000, p. 77). Assim segue o pessimismo de Euclides com a mistura

racial, já que a formação de um tipo híbrido iria trazer problemas evolutivos para todo sempre na nacionalidade brasileira, ao se constituir como um tipo fraco e decadente fruto de intensa miscigenação. Nas teses do engenheiro militar, o processo de miscigenação faria com que as más características da raça considerada inferior fossem perpetuadas por meio da hereditariedade.

Na narrativa de Euclides, o tipo nacional emergiu em um contexto histórico étnico climático e geográfico que o “protegeu” do declínio moral da miscigenação. Este levou em consideração a combinação racial entre brancos e indígenas, o sertão e a caatinga, que formaram um tipo forte e rude à sua semelhança. Seu afastamento do litoral, da vida das cidades e da civilização, garantiu a ele um abandono benéfico:

(...) são formações distintas, senão pelos elementos, pelas condições do meio. O contraste entre ambas ressalta ao paralelo mais simples. O sertanejo tomando em larga escala, do selvagem, a intimidade com o meio físico, que ao invés de deprimir enrija o seu organismo potente, reflete na índole e nos costumes, das outras raças formadoras apenas aqueles atributos mais ajustáveis à sua fase social incipiente. (CUNHA, 2000, p. 96).

A união racial rendeu ao sertanejo, tanto uma evolução psíquica mais demorada, quanto à formação de um tipo físico forte que desponta pela sua originalidade atribuída à vida selvagem que sempre teve. Em contrapartida aos mestiços do litoral, a civilização chegará mais vagarosamente até eles e até isso acontecer já terá vencidos todos os estágios necessários.

Já no litoral a miscigenação estaria fadada ao fracasso por duas razões: a mistura racial com negros já determinaria algo negativo ao que se somava à inviabilidade biológica/degeneração junto da influência das cidades, as quais, na visão de Euclides, eram marcadas pelo vício e pela promiscuidade, o que sustentava uma situação de modernização e civilização de empréstimo já que o estilo de vida, a cultura e a ciência eram todas “empréstimo” de outras nações.

O mulato também não poderia ser o tipo nacional para Euclides, pois esse acreditava que a miscigenação com negros é um legado da colônia portuguesa e por isso não seria também o tipo antropológico genuinamente brasileiro.

Aparece no pensamento de Euclides uma condenação da miscigenação, na verdade a expressão do medo de quanto três raças se misturando arbitrariamente poderia levar a um declínio da nação. De acordo com a ciência evolucionista do século XIX, a degeneração passa a ser uma preocupação corrente dentre os articuladores da nacionalidade:

A degeneração era considerada um desvio da normalidade de fundo hereditário e sem cura. Suas manifestações iam desde estigmas físicos como estrabismo, orelhas imperfeitas, crescimento atrofiado até doenças mentais como histeria, egoísmo

exagerado, pessimismo, apatia, impulsividade, emocionalismo, misticismo e completa falta de senso sobre o certo e o errado (MISKOLCI, 2005, p. 18).

Para Foucault, em seu curso *Os Anormais*, foi a partir dessa noção de degeneração, ligada à hereditariedade que deu origem ao racismo não de origem étnica, mas que provinha da psiquiatria e se destinava ao anormal: “é o racismo contra o anormal, é o racismo contra os indivíduos, que, sendo portadores seja de um estado, seja de um estigma, seja de um defeito qualquer, podem transmitir a seus herdeiros, da maneira mais aleatória, as conseqüências imprevisíveis do mal que trazem em si” (FOUCAULT, 2001, p. 401).

Euclides da Cunha escreveu o seu livro apontando a degeneração como a grande ameaça da mistura racial e a formação de uma nacionalidade forte. A degeneração aparece ao longo de sua obra com diferentes referenciais.

No capítulo *A terra* aparece dentro de uma matriz determinista geográfica, no capítulo *O Homem* tem uma conotação biológica hereditária e no seu tratamento a Antonio Conselheiro como o grande líder do movimento, que possuiria uma propensão inata à degeneração. Pode-se perceber que o conflito de Canudos vem ganhando uma dimensão cada vez mais ameaçadora na medida em que a realidade mestiça brasileira lhe dá o tom de tragédia e temor.

A guerra foi o desfecho final do confronto entre duas raças que lutaram e venceu a mais forte. Se, por um lado, o sertanejo se estabelecia como o tipo nacional e com uma raça forte, por outro lado a liderança de Antônio Conselheiro levou o movimento a ser extinto pela ameaça que este fazia à integridade nacional, ao regime republicano e seus valores. Se Euclides sai em defesa dos sertanejos e sua incorporação à nacionalidade, o mesmo não se nota com relação ao movimento e seu líder. Nas palavras de Borges (2005, p. 54):

Como uma análise das causas da comunidade messiânica de Antônio Conselheiro em Canudos e do massacre dos ‘fanáticos’ pelo exército republicano em 1897, o livro lida com a forma como o passado pesa no presente: como a terra, o clima, a hereditariedade racial, uma herança de religiosidade medieval e as falhas das políticas educacionais do governo levaram, infelizmente, a um impasse entre atraso e a civilização e, por fim, à guerra.

Euclides responsabiliza o líder Antonio Conselheiro pela desordem fomentada no arraial de Canudos. Foi ele quem criou o estado de anomalia e de “psicose coletiva” que foi necessário ser combatido fortemente pelo exército nacional. A sua degeneração é um caso clássico de “declínio psiquiátrico cumulativo que ocorre em famílias” (BORGES, 2005, p. 45), devido ao conflito de sua família, os Maciel com os Araujo, episódios muito comuns entre os sertanejos.

Euclides ressalta que Conselheiro apenas se tornou um herói dentro da imaginação popular já que este representava claramente uma ameaça à nação. Seu comportamento de mestiço degenerado representava uma ameaça biológica e política. Segundo o autor de *Os Sertões*, o presidente da província da Bahia já havia pedido ao ministro do Império para que o líder fosse internado no hospício da capital carioca. Mas este disse que não havia vagas e Euclides, indignado, lamenta a falta de importância e de urgência dada ao caso na época.

Em resposta a esse “descaso” do Império, com o advento do regime republicano, o extermínio do movimento estava na ordem do dia, o que foi feito com o envio do exército nacional e, no sentido foucaultiano, podemos entender a ação dos republicanos como uma normalização do corpo social nacional dentro das políticas de biopoder. Nas palavras de Foucault (2000, p. 92):

Mas a partir de uma raça considerada como sendo a verdadeira e a única, aquela que detém o poder e aquela que é titular da norma, contra aqueles que estão fora dessa norma, contra aqueles que constituem outros tantos perigos para o patrimônio biológico. E vamos ver, nesse momento, todos os discursos biológicos- racistas sobre a degenerescência, mas também todas as instituições que, no interior do corpo social, vão fazer o discurso da luta das raças funcionarem como princípio de eliminação, de segregação e, finalmente, de normalização da sociedade.

Atribuir a degeneração ao movimento de Canudos não foi só um discurso de Euclides, mas fez parte também de discursos e práticas do período republicano que teve como maior expoente o massacre de toda a comunidade e seu líder e a construção de um discurso sobre a nacionalidade sertaneja como sinônimo de pureza.

O mestiço aparece como um temor com sua maior expressão no conflito de Canudos, apreendido como um pânico moral pela sociedade, que estremece a ordem nacional na medida em que apresentou a degeneração como uma ameaça ao patrimônio biológico nacional.

3.3 O pânico moral de Canudos

Destacada pela fascinação universal com histórias sobre fanáticos religiosos, o conflito de Canudos inundou a imprensa invadindo não apenas os editoriais, colunas e notícias, mas até mesmo as crônicas e o humor. Pela primeira vez no Brasil, os jornais foram usados para criar um sentimento de pânico público. Histórias de Canudos apareciam

diariamente, quase sempre na primeira página. Realmente, a história foi a primeira a receber cobertura diária na imprensa brasileira. Mais de uma dúzia de jornais enviou correspondentes de Guerra para o front e publicou colunas diárias reportando os eventos... Algo sobre Canudos provocava ansiedade, a qual só seria aplacada pela evidência de que Canudos seria destruído (LEVINE apud GOODE; BEM-YEHUDA, 2003, p. 24) ²².

A análise sociológica dos fenômenos conhecidos como pânicos morais²³ permite trazer à tona as inquietações e a apreensão, delimitadas historicamente, de uma determinada sociedade. Também configuram lutas de poder entre diferentes grupos de interesse presentes, mas nem sempre visíveis ou delimitáveis na vida coletiva. Por fim, mas não por menos, os pânicos morais expressam conflitos de interesses disfarçados e que se expressam freqüentemente evocando valores morais que alguns pretendem ver reforçado por meio de mecanismos de controle social.

Os pânicos morais não são espontâneos, são antes o produto de circunstâncias históricas delimitáveis e que exigem, também, reconstituir problemáticas sociais específicas em determinada sociedade. Para Miskolci (2007, p. 112):

O conceito de pânico moral permite lidar com processos sociais marcados pelo temor e pela pressão por mudança social. Este conceito se associa a outros de muitas áreas como desvio, crime, comportamento coletivo, problemas e movimentos sociais, pois permite esclarecer os contornos e as fronteiras morais da sociedade em que ocorrem.

Então, como relacionar a perspectiva de Euclides da Cunha e Os Sertões, com as ansiedades da época frente ao conflito de Canudos? Serão várias as hipóteses ao longo desse trabalho tentando responder a essa pergunta, o que será desenvolvido aqui se trata também de uma união de linhas teóricas e interesses particulares que percebe a centralidade dessa obra e seu legado histórico/cultural para entender questões como a construção simbólica da nacionalidade brasileira na virada do século XIX. Sem esquecer-se de suas balizas morais.

Dessa maneira, torna-se fundamental evocar a reconstituição do período histórico em questão, os diferentes grupos que se consolidam no poder, seus projetos ou ao menos seus discursos e práticas referentes à consolidação de um regime republicano aos

No original: “Highlighted by the universal fascination with stories about crazed religious fanatics, the Canudos conflict flooded the press, invading not only editorials, columns, and news dispatches, but even feature stories and humor . For the first time in Brazil, newspapers were used to create a sense of public panic. Canudos accounts appeared daily, almost always on the front page; indeed, the story was the first ever to receive daily coverage in the Brazilian press. More than a dozen major newspapers sent war correspondents to the front and ran daily columns reporting events... Something about Canudos provoked anxiety, which would be soothed only by evidence that Canudos had been destroyed” (LEVINE apud GOODE; YEHUDA, 2003, p. 24).

²³A perspectiva britânica sobre os pânicos morais dá uma ênfase maior ao papel da mídia em sua repercussão. Para maiores informações consultar: THOMPSON, Kenneth. **Moral Panics**. London, Routledge, 1998.

moldes liberais. Tudo em meio às dúvidas sobre a viabilidade do Brasil como uma nação mestiça nos trópicos.

O que tornaria o Brasil uma nação viável em fins do século XIX? Entre muitas questões, estava na ordem do dia a elaboração de um projeto cultural, histórico e político da nacionalidade que abarcasse os diferentes grupos étnicos existentes no Brasil.

Debruçar-se sobre Euclides da Cunha e o legado de sua obra me permite perceber a elaboração histórica e sociológica de questões como as fronteiras morais e ansiedades dessa época frente ao futuro da nação, e aos grupos que se opunham, lutando cada um de uma forma para que a República enfim triunfasse.

Particularmente esclarecedora é a trajetória de Euclides como alguém que serviu o Exército, se formou engenheiro e transitava exatamente entre os grupos que, segundo McCann (2007), disputavam a hegemonia nesse período e que estavam no centro de toda a articulação dos valores e de controle social na recém-instaurada República.

De uma maneira breve e inicial pode-se dizer que o conflito de Canudos realmente representou um temor. Não só pela violência e a amplitude da guerra, mas também pela sua repercussão nacional e internacional. Mas o que mais interessa aqui, dentro dessa análise de pânico morais, é como o movimento de Canudos evocou e representou sinais de mudanças sociais repentinas perante uma organização republicana que prezava por manter e reproduzir, nos termos positivistas da época, a “ordem” e o “progresso”.

Para entender quais eram essas mudanças e o clima de instabilidade social que Canudos suscitou, faz-se necessário retornar onde tudo começou: a transição do Império para a República. Segundo José Murilo de Carvalho (1987, p. 31), essa transição significou a implantação de um sistema de governo que iria trazer o povo para o proscênio da atividade política ao mesmo tempo em que antigos padrões morais e costumes estavam sendo rompidos, para ele “o problema central a ser resolvido pelo novo regime era a organização de outro pacto de poder, que pudesse substituir o arranjo imperial com grau suficiente de estabilidade”.

Este novo pacto do qual fala Carvalho (1987), já era uma preocupação dos oficiais do exército que, no período em questão, haviam retornado da Guerra do Paraguai com bastante prestígio e, por conseguinte, procuravam uma maior projeção dentro dos rumos da política nacional. A corporação já não concordava com os rumos das políticas imperiais para o futuro do país.

A escravidão serve como uma questão emblemática para entender as desavenças entre os militares e a família real. Era uma tradição da época que os soldados do exército ficassem responsáveis pela captura de negros fugitivos, encarnando a função de

capitães-do-mato, adentrando o interior do Brasil afora, em busca de escravos que fugiam de seus senhores. Após a Guerra do Paraguai e da emergência mais forte do movimento abolicionista, esta função que lhes fora atribuída por longa data já não parecia das mais prestigiosas.

É um ponto de viragem para a instituição, a qual passa a demandar maior protagonismo na vida política nacional. Antes da Guerra do Paraguai, a grande força militar do Império era a Guarda Nacional, formada por latifundiários, políticos e pessoas do comércio voltado para o controle da ordem e para assegurar que a elite agrária continuasse no poder. O exército não possuía nenhum poder social ou político, sendo constituído por homens livres e não proprietários, recrutados na maioria das vezes por castigo, desobediência ou desemprego (SCHWARCZ, 1987, p. 35).

Se no passado essa função parecia nobre, no presente seria motivo para insatisfações. Assim, o exército nacional se une ao movimento abolicionista, fazendo com que os dois grupos solidificassem sua reivindicação comum. Nas palavras de Joaquim Nabuco: “O governo está empregando o nosso exército em um fim completamente estranho a tudo o que há de mais nobre para o soldado. O governo está empregando os soldados brasileiros como capitães-do-mato na pega de negros fugidos!” (NABUCO apud McCANN, 2007, p. 30).

Para MacCann (2007, p. 31):

Oficiais, e até mesmo unidades inteiras, durante todo o império se haviam associado ao movimento abolicionista, em alguns casos negando-se a obedecer ordens para perseguir grupos de escravos fugidos. Já em 1881 o 15 batalhão fora transferido de Fortaleza para Belém por declarar-se uma sociedade abolicionista. Identificar-se com um movimento reformista como esse e decidir obedecer ou não as ordens com base em padrões extramilitares contribuiu para distanciar os oficiais das normas sociais e políticas vigentes e acostumou-os a estabelecer seus próprios critérios de obediência.

Sem dizer que a abolição gerava, ao mesmo tempo, um desconforto no exército, pois se acreditava que com a libertação dos escravos a segurança nacional ficaria altamente comprometida e mais uma vez sobraria para os militares conter mais essa instabilidade na sociedade brasileira.

De acordo com McCann (2007, p. 28) ao mesmo tempo em que esses negros alforriados iriam começar a constituir o exército nacional, que na concepção desse grupo deveria ser formado por cidadãos-soldados e não por ex-escravos.

Ainda conforme o autor, as fileiras subalternas dos praças eram formadas por ex-escravos e por boa parte da “escória” da sociedade que eram recrutados por alistamento compulsório. Boa parte dos oficiais se preocupava com o impacto negativo que essas práticas

poderiam ter sobre a imagem da instituição. A idéia era abolir esse sistema de recrutamento para que não se reincidisse a presença de escravos no corpo do exército nacional como ocorrera em 1865 na Guerra do Paraguai.

O propósito era desvencilhar-se de grupos que conferissem estigmas ao poder militar e que a instituição se fortalecesse perante a política nacional.

É interessante observar também que, dentro dessas manobras do exército, a formação de oficiais bacharéis aparece como um dos elementos centrais da projeção política e social do grupo. Os oficiais percebiam que a corporação estava cada vez mais distante do poder. Era só analisar os gabinetes imperiais para perceber que estes estavam cada vez mais cheios de bacharéis das faculdades de direito de São Paulo e do Recife e os militares estavam perdendo gradativamente seu espaço. Esta situação fez com que idéias republicanas começassem a ganhar espaço no exército, já que ia aumentando o abismo entre as elites civis e as militares.

De acordo com McCann (2007, p. 30), “em 1883 o major Frederico Sólón e numerosos oficiais reuniram-se com Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho, Aristides Lobo e outros republicanos a fim de formular um plano para proclamar a República”.

Nessa época a formação militar foi ficando em segundo plano para uma formação civil altamente intelectualizada e científica para que os oficiais do exército também se tornassem bacharéis e:

A missão do Exército não estava claramente definida, e por isso a educação militar tomava direções contrárias ao desenvolvimento de uma força profissional. Os formandos recentes das escolas militares haviam sido imersos em um currículo mais voltado para as humanidades e a ciência teórica do que para as artes e práticas militares. Quando recebiam o diploma de bacharel em matemática ou ciências naturais e físicas, intitulavam-se doutores e eram tratados por “doutor tenente”. (McCANN, 2007, p. 29).

Para o autor, essa característica da formação das escolas militares fez com que seus ilustres cadetes se tornassem intelectuais, escritores, políticos muito melhores do que combatentes de batalhas. Somado a essa formação altamente intelectualizada estava um sentimento, na verdade muito mais uma “ideologia”, de que estariam mais preparados para construir a nação do que para defender a pátria.

Estas transformações profundas na educação militar permitiram, por exemplo, que Euclides da Cunha alcançasse a formação que – mais tarde – permitira que se consagrasse como um grande intelectual de seus dias. Os Sertões traduz exatamente essa formação intelectual e científica que Euclides recebera, além de tematizar a formação da nacionalidade brasileira.

Professores como o coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, que se dedicava não somente ao ensino de matemática, como também da filosofia positivista, ofereceram condições formativas para que o engenheiro militar Euclides da Cunha escrevesse o livro que muitos ainda consideram como o mais importante sobre nossa nacionalidade (ABREU, 1998, p. 19; McCANN, 2007, p. 40).

Tendo em vista as maiores possibilidades de ascensão social e de projeção política, os oficiais do Exército vão rompendo com o governo imperial ao longo dos 1880 para, finalmente, em 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca proclamar a República. Percebe-se que, aos poucos, a corporação foi dando espaço aos ideais defendidos pelo Partido Republicano e que foi se formando à imagem e semelhança de típicos bacharéis. Por mais que os valores republicanos estivessem praticamente em consonância, os ideais políticos de uma República não eram um consenso e não havia uma unidade. Se, num primeiro momento, os militares saem à frente por meio de um golpe, quatro anos mais tarde, os ideais seriam outros e o exército sairia de cena novamente.

E é exatamente nesse contexto que o tão conhecido Marechal Deodoro da Fonseca, proclamador da República, dá seu golpe final. Na certeza de que seria eleito na candidatura ao senado Imperial, o Marechal que dedicara boa parte de sua vida ao Império e à Monarquia decepciona-se ao não conseguir obter o cargo e inicia uma série de reivindicações “mal-criadas” direcionadas ao Imperador, as quais não surtiram efeito tampouco alavancaram sua carreira política.

Sentindo-se injustiçado, Deodoro da Fonseca, por meio de um golpe, ou seja, de um ato transgressor das leis que regiam a própria corporação e conferiam poder soberano à Monarquia e à figura do Imperador, Fonseca proclama a República. Como expõe McCann (2007, p.37), o embaixador da República brasileira, fez o que fez impulsionado por caprichos pessoais e não por filiação ideológica ao republicanismo.

A queda do Império e a ascensão do regime republicano, em tese, baseado em ideais liberais de liberdades individuais e extensão de direitos civis, aconteceram de uma maneira autoritária e sem participação popular, fato que nos faz pensar sobre uma espécie de “pecado de origem” da Primeira República.

Dáí até os mais engajados líderes republicanos civis se espantarem com este golpe militar que não ficou muito bem esclarecido para quem estava de fora. O próprio Euclides da Cunha, como militar se assustou com a obscuridade do golpe:

Saindo de casa, uma pensão a Rua São Januário, na manhã de 16, Euclides, segundo contam, inteiramente ignorante de tudo o que acontecera, estranhou o ar de novidade, visível ao longo das ruas e junto dos aglomerados que notava em cada

esquina. E, no entanto, no dia 15, os jornais da tarde já haviam anunciado a República, em meio aos desencontros das opiniões populares, como conta Luís Edmundo, menino do colégio Abílio, em página de memórias (ANDRADE, 2002, p. 61).

Aristides Lobo apresenta um comentário, o qual ficou muito conhecido na época, que de acordo com suas ideologias o povo deveria ter sido o principal protagonista desse acontecimento, mas ao contrário, assistia a tudo “bestializado” sem entender o que estava se passando, achando que aquilo tudo poderia ter sido mais uma parada militar. (Lobo apud Carvalho (1987, p. 9).

A transição do Império para República significou muito além de uma mudança política, mas também um momento de muitas polêmicas intelectuais e instabilidades sociais. Acreditava-se que o Império fora um regime de estabilização da ordem, já que em termos raciais e políticos este poder era exercido por uma família real e nobre de origem portuguesa e o advento da República estenderia os direitos a uma parcela maior da população, inclusive aos mestiços e negros.

O clima de instabilidade perduraria por alguns anos. Se, de alguma maneira, essa transição fora conturbada e estava sob controle militar, os anos seguintes seriam ainda mais turbulentos. Com a proclamação da República os militares sobem ao poder de 1889 a 1894, período que ficou conhecido como “República da Espada”.

Quando os militares chegam ao poder, muitas tensões dentro da própria corporação começam a vir à tona. Na verdade, todas essas manobras políticas executadas pelos oficiais, não eram um consenso dentro da corporação tampouco tinham um discurso republicano afinado. O estabelecimento de um governo republicano foi motivo de discordância entre civis e militares, o que aparecia muito mais como desavenças pessoais com relação ao futuro do exército e do país.

Tanto a desunião dos militares e o desacordo entre as elites civis quanto à função das forças armadas num contexto republicano podem explicar parcialmente por que não se estabeleceu ao longo dos anos 1890 uma ditadura militar, como desejava alguns oficiais (McCANN, 2007, p. 44). Os militares construíram um prestígio que não resistiu aos ataques à sua forma de governo e à falta de um projeto republicano consolidado.

O Marechal Floriano Peixoto assumiu a presidência do Brasil de uma maneira inconstitucional, pois a constituição de 1891 previa novas eleições e não apenas a transição do poder, mas a situação estava tão fragilizada que a recém instaurada república militar não poderia se sujeitar a eleições populares.

Floriano Peixoto assume a presidência num momento em que se percebia que para manter a ordem nacional era necessário um ditador com um legislativo forte. A saída de Deodoro da Fonseca aconteceu devido à insatisfação de grupos civis e militares com sua autoridade frágil. Até mesmo os oficiais do exército não se sentiam mais representados por ele.

O “Marechal de Ferro”, como ficou conhecido Floriano Peixoto, enfrentou diversos motins populares em seu governo. A fim de evitar restaurações monarquistas, assim que assume tira de circulação o Jornal do Brasil, periódico com inclinações monarquistas. Os três anos em que esteve no poder entraram para a história como anos marcados pela agitação social, mas que terminaram com a consolidação do regime republicano.

Os anos que se seguiram tiveram a Revolução Federalista em Santa Catarina, dois episódios da Revolta da Armada na capital do país e a Revolta dos 13 generais. Todos esses conflitos foram combatidos pelo “Marechal de Ferro”, o qual tinha como seu maior aliado o exército nacional que combatia todos esses confrontos da maneira mais eficaz e, para alguns, a mais brutal, possível. Dessa maneira, Floriano entra para a história oficial como um estadista nacionalista que promoveu a salvação do país.

É importante ressaltar que, após a morte de Floriano Peixoto, os militares saem de cena e não se estabelecem no cenário nacional com uma ditadura. O exército se consagra dentro da sociedade brasileira como uma instituição nacionalista que combateria todos os empecilhos para a consolidação da República. Apoiar Floriano significava ser o mais puro patriota, pois somente o exército traria salvação nacional.

Pode-se dizer que a falta de unidade e de projeto político nacional fez com que o regime republicano passasse seus primeiros anos por instabilidades e para conter esses sentimentos opositores que deslegitimavam o regime ficou estabelecida a “caça” aos “inimigos da República”. Qualquer pessoa ou grupo que se opusesse às ideologias do grupo dominante, entre eles estariam os rebeldes da Armada, os monarquistas e/ou Antonio Conselheiro e seu arraial de revoltosos.

Se, num primeiro momento, Euclides da Cunha se alinhou com estas idéias dominantes e saiu em defesa da República em seus artigos sobre ‘A Nossa Vendéia’ com frases do tipo “A República sairá triunfante”, depois de sua estada em Canudos fica evidente a sua decepção com o regime e com seus líderes.

A partir de 1894 a República voltaria a estar por um fio novamente. Prudente de Moraes foi o primeiro presidente civil do Brasil e não imaginaria que seu governo entraria para a história marcada pela guerra de Canudos.

Na edição de 2 de junho de 1897 do jornal O Paiz aparece uma notícia intitulada “A Crise” que apontava os “erros” fundamentais de Prudente de Moraes:

O erro fundamental do seu governo, o erro de onde se originaram todas as dificuldades que têm assoberbado a República, o erro do qual agora mesmo estão decorrendo os novos obstáculos opostos a consolidação da ordem constitucional foi este: ode haver S. Ex abandonado a política de Marechal Floriano, contrariando- a nos seus intuítos e nos seus efeitos.

Desde então, é forçoso dizê-lo operou- se o divórcio entre o honrado presidente da República e a opinião republicana²⁴ (O Paiz, 2 de Junho de 1897. Acervo da Biblioteca Nacional).

O que aparecia constantemente nesse jornal era que qualquer agitação popular que acontecesse – quer situações que não estivessem alinhadas aos interesses políticos da República ou ao grupo florianista - era sempre interpretada como a criação dos “inimigos da República”. A percepção era de que o governo Prudente de Moraes fortalecia esse tipo de interpretação assim como medidas de repressão política.

De acordo com Euclides da Cunha, o governo Floriano Peixoto tinha como fundamento o combate e uma grande força ofensiva, reprimia qualquer sinal de indisciplina do país com a força do exército nacional. Para ele, mesmo o Marechal pondo fim a todos os revides que encontrou em sua frente não foi capaz de estabelecer a ordem nacional, que teve como reflexo nos anos seguintes o estouro de Canudos. Faltava a Floriano ouvir a opinião nacional e as propostas daqueles que estavam verdadeiramente engajados com os rumos da república recém instaurada:

Apelando, nas aperturas das crises que o assoberbaram, incondicionalmente, para todos os recursos, para todos os meios e para todos os adeptos, surgissem de onde surgissem, agia inteiramente fora da amplitude da opinião nacional, entre as paixões e interesses de um partido que, salvante bem raras exceções, congregava todos os medíocres ambiciosos que, por instinto natural de defesa, evitam as imposições severas de um meio social mais culto “.....” Destruíra e criara revoltosos. Abatera a desordem com a desordem (CUNHA, 2000, p. 248).

A falta de popularidade desse governo é retratada também por Euclides da Cunha, especialmente depois do fracasso da expedição Moreira César.

O governo civil, iniciado em 1894, não tivera a base essencial de uma opinião pública organizada. Encontrara o país dividido em vitorioso e vencidos. E quedara na impotência de corrigir uma situação que não sendo francamente revolucionária e não sendo também normal, repelia por igual os recursos os recursos extremos da força e o influxo sereno das leis. Estava defronte de uma sociedade que progredindo em saltos, da máxima frouxidão ao rigorismo máximo das conspirações incessantes aos estados de sítio repetidos, aprecia espelhar incisivo contraste entre sua

²⁴ O mesmo artigo fora parabenizado pela Juventude Florianista de São Paulo na seção “avulsos”, “ A mocidade florianista de São Paulo cumprimenta essa redação pela sua brilhante atitude assumida perante os últimos acontecimentos políticos”. Viva Glycério! Viva a memória de Floriano Peixoto. Sexta 4 de junho. As homenagens a Floriano também eram feitas pelos alunos da faculdade livre de direito em 18 de junho. (O Paiz, junho de 1896. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

organização intelectual imperfeita e a organização política incompreendida (CUNHA, 2000, p. 247).

Depois de discorrer sobre algumas das tensões ocorridas da transição do Império para a República e a consolidação deste novo regime, chegamos ao ponto central deste capítulo, em que finalmente aparece o conflito de Canudos e o quanto o seu combate endossou algumas outras tensões e instabilidades ameaçando a hegemonia republicana que nesse momento tinha à sua frente uma elite civil agrária.

Com esse diferente grupo no poder, os desafios à ordem social mudam de natureza, e mesmo que o combate continue sendo feito aos “inimigos da república” as causas sociais, morais e políticas ficam um pouco diferentes.

A partir dessa reconstituição histórica dos acontecimentos, na verdade, muito mais das tensões e das medidas de controle social usadas pelos dois diferentes grupos que sobem ao poder, pode-se perceber que - mesmo representando interesses diferentes - o que aparece nas entrelinhas é algo que marca nossa história nacional, as reflexões de nosso pensamento social e, não por menos, pode ser associado a uma das questões clássicas da sociologia: a dinâmica da reprodução e da mudança social. Afinal, quais eram as mudanças sociais temidas? Delineá-las pode ser o melhor caminho para compreender o pânico moral de Canudos.

Buscando repostas, mesmo que provisórias e parciais, começarei por elencar alguns elementos da teoria dos pânicos morais para, posteriormente, relacioná-la de forma mais clara com o conflito de Canudos. O pânico moral se forjou a partir das várias notícias de jornais nacionais e internacionais, a violência com que o conflito foi abatido e, por fim, mas não por menos, com a publicação de Os Sertões em 1902. O que essas respostas coletivas ao conflito podem nos revelar sobre as balizas morais da sociedade brasileira na virada do século XIX para o XX?

Para Thompson apud Miskolci (2007, p. 110):

Os pânicos morais podem ser detectados nas sociedades através da repercussão que determinados acontecimentos adquirem na mídia e a sua associação riscos e perigos para a sociedade, gerando uma demasiada preocupação pública.

A partir de uma pesquisa histórica feita no acervo da Biblioteca nacional, onde pude manusear periódicos de 1897, como o jornal O Paiz ficou evidente essa associação de Canudos e Antônio Conselheiro como um conflito supervalorizado pela imprensa da época.

Se nos primeiros meses do ano de 1897 as notícias apareciam mais otimistas e não davam tanta ênfase ao conflito, com o passar dos meses as notícias vão mudando de tom.

Conforme o exército vai perdendo as batalhas contra os “jagunços” estes vão se tornando os inimigos número um da República.

A falta da certeza de que o exército sairia vitorioso, o fracasso da expedição Moreira César, e falta de notícias oficiais sobre o conflito nas redações dos jornais abria ainda mais precedentes para o temor do que estava por vir. As seções dos jornais sobre Canudos eram intituladas como “Sucessos da Bahia”:

Todas as atenções continuaram hontem volvidas para o Estado da Bahia para aquelle sertão já muitas vezes regado pelo sangue dos Bravos do exército nacional. E hontem como hoje, ainda não podemos dizer positivamente o que passou nesse caminho de Canudos.... (O Paiz, sexta-feira, 2 de julho de 1897. Acervo da Biblioteca Nacional).

A falta de notícias vai aumentando a ansiedade e se fazia necessário a condenação cada vez maior do movimento com a promoção do exército que a combatia. As notícias foram ficando mais dramáticas com seções do tipo “O monstro de Canudos” habitado por “fanáticos, estúpidos, bandidos devotos” (domingo 18 de julho) e o conflito vai se tornando a cada dia uma catástrofe nacional.

De acordo com Galvão (1977, p. 45), muitas notícias duvidosas e especulações foram feitas sobre Canudos e muitas delas chegavam ao principal meio de informação da época que eram os jornais, que para ela tinham basicamente duas linhas de representação do conflito : “a galhofeira” e a “sensacionalista” .

Apareciam nos jornais orações de precedência duvidosa que eram atribuídas a Antônio Conselheiro, como o “credo de Antonio Conselheiro” ²⁵. Galvão (1977) salienta a obscuridade das notícias e documentos que apareciam nos jornais que funcionavam como um incitador dos ânimos já exaltados, como esta carta que chega a redação de um jornal e que para a autora não fazia sentido atribuir a Conselheiro pelos erros de português e pelo tom do discurso, mas que serviu na época para a reprodução do estereótipo do líder religioso, como falta de instrução e fanatismo religioso:

Textos dessa ordem, publicados sem maiores referências, devem merecer, hoje, tanto crédito quantos as conspirações e cartas autênticas de conspiradores que não cessavam de ser divulgadas pelos jornais. Mas certamente eram lidas, por uma parte dos leitores, pelo menos, com a maior boa fé, e devem ter contribuído em não pequena medida para o clima de pânico que se criara a partir da derrota do coronel Moreira César” (GALVÃO, 1977, p. 47).

²⁵ Esta oração atribuída ao líder do movimento de Canudos foi classificada por Galvão (1977, p. 47) como uma das representações “galhofeiras” do conflito, devido ao seu tom sensacionalista e altamente monarquista: “Creio no Sr. D. Pedro segundo, ex-imperador e defensor perpétuo do Brasil, criador da constituição monárquica do Império, do Exército e da Armada que o depuseram...”

A autora destaca o papel fundamental dos jornais como fonte de informações sobre o conflito de Canudos. Em 1896, o próprio Euclides começa a relatar as suas impressões sobre o movimento de Canudos através do jornal d'Estado:

Para Galvão (1977):

O papel dos jornais foi fundamental nessa guerra porque, afinal de contas, era a única mídia. E os jornais criaram um fantasma persecutório do Arraial de Canudos, alegando que ele estaria ameaçando a própria República. Os jornais não foram lá e mataram todos os canudenses. Quem fez isso, claro, foi o exército. Quem deu a ordem foi o presidente da República. Vamos dividir as responsabilidades. Mas quem deu notícias falsas e publicaram cartas forjadas e intrigas de todo o tipo, desde o começo, foram os jornais.

Para entender a trajetória do Pânico moral de Canudos faz-se necessário tratar especificamente da construção discursiva em torno do conflito, nos jornais e na obra de Euclides da Cunha, tratado como um temor. O que está em jogo é a representação do conflito como um desestabilizador da ordem social tendo como marcador de sua existência a nacionalidade mestiça.

3.4 “O criminoso se parece com o crime”: A trajetória do movimento de Canudos

O líder do movimento de Canudos, Antonio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, teve sua vida dedicada às pregações religiosas desde os anos de 1870. Sua família estava envolvida em um conflito violento contra um clã rival no sertão do Ceará.

Para o autor de *Os Sertões*, este conflito o marcaria para o resto de sua vida por se tratar de uma “predisposição biológica” que transmitia de geração para geração a animosidade e a vingança (VENTURA, 2002).

Ainda conforme o autor, sua esposa fugira com um policial, e em 1876, o beato foi preso acusado sem fundamento de ter matado sua própria mãe e a esposa. Quando foi solto, foi proibido de pronunciar sermões pelo arcebispo da Bahia, Dom Luis Antonio dos Santos, o qual temia a forte influência do beato na região.

Em 1887, o arcebispo conseguiu que as autoridades imperiais expulsassem Conselheiro da província argumentando que seus ensinamentos eram subversivos para a igreja e para o Estado. Conselheiro resolveu, em 1893, isolar-se em Canudos, um lugarejo muito pobre nas margens do rio Vaza-barris, no sertão baiano.

Em vez de ser um homem recluso santo e inacessível, Conselheiro era ativista religioso engajado com a economia e a política do sertão do estado da Bahia e do país, o que fez com que ele se tornasse uma ameaça a um estilo de vida tradicional católico. De acordo com McCann (2007):

Desde 1871 percorrer o sertão, muitas vezes em companhia de missionários estrangeiros, organizando o povo na reconstrução de igrejas, capelas e cemitérios deteriorados.

Os párocos locais, que na época, como vinha fazendo a Igreja em todo o nordeste brasileiro desde a década de 1860, tentavam reviver a religiosidade do povo, viam com bons olhos os esforços de Conselheiro, e o mesmo pode-se dizer dos “coronéis locais, que as voltas com escassez de mão de obra em suas terras, gostavam das represas e estradas que o beato construía para eles e, sobretudo, do trabalho grátis dos homens que Conselheiro mantinha bem disciplinados.

Seus maiores conflitos eram com a cobrança abusiva de impostos, “secularização de cemitérios e a criação do casamento civil e do registro civil de mortes e de nascimentos” (VENTURA, 2002, p. 25).

Apesar dessa aparente oposição ao regime republicano, Antônio Conselheiro seguiu como de costume suas práticas religiosas e, a cada dia que passava, aumentava o número de seus seguidores.

O que se pode constatar, de acordo com McCann (2007) é que se Antonio Conselheiro não contrariava a doutrina da igreja, não era comprovadamente um missionário e que suas ações estavam inclusive sinalizando mudanças na estrutura agrária e dos regimes de trabalho do sertão baiano. Em Canudos todos trabalhavam por um bem comum e partilhavam de maneira igualitária o fruto do trabalho:

Observadores contemporâneos salientaram que o comunismo daquela povoação atraiu os camponeses do sertão, que viviam presos as grandes propriedades pelas leis trabalhistas e pelos jagunços dos latifundiários.

A república baseada na aliança entre a classe média urbana e os grandes proprietários como barão de Jeremoabo, ele era uma potencial ameaça.

Longe de ser um beato ermitão e demente, Antonio Conselheiro estava muito engajado nas principais questões da sociedade brasileira da década de 1890 (McCANN, 2007, p. 67).

Antonio Conselheiro fora acima de um “beato” como ficou pejorativamente conhecido um líder político, engajado contra um regime de desigualdades sociais e de favorecimento de elites agrárias que comandavam o país de longa data. Luís Viana, o governador da Bahia da época, era inclusive seu simpatizante e fora acusado de se beneficiar das políticas de Conselheiro para promover sua campanha. Essa associação serviu para que o

governador fosse acusado de subverter a república e um campo fértil para seus opositores políticos que se aliam ao exército²⁶ (McCANN, 2007, p. 65).

O desentendimento do grupo de Conselheiro com uma cidade vizinha, por conta da entrega de madeiras compradas, foi o suficiente para que o arraial se tornasse uma ameaça à nação e que as tropas nacionais fossem enviadas para combater o mais breve possível um motim popular que passou a ser chamado de monarquista.

Nessas alturas, o exército encontrava-se completamente fragilizado e com um fraco treinamento militar, o que justifica, por exemplo, a derrota das três expedições mandadas para o arraial. Atribuiu-se a isso, de acordo com o discurso republicano, que o arraial representava uma ameaça nacional e a partir de então até a derrota dos sertanejos Canudos foi considerada um grande temor nacional.

Retomo agora a análise dos pânicos morais. O mais interessante é perceber que trazer à tona as balizas morais e a disputa pelo poder em uma sociedade, faz com que percebamos que alguns fatos históricos chegam até o presente com fontes obscuras ou que nos pareçam grandes teorias da conspiração. É necessário ter isso em mente para entendermos os pânicos morais. De acordo com Goode; Ben –Yehuda (2003, p. 29-30):

O foco no "medo" enfatiza como as reações a comportamentos não-convencionais não surgem sempre por meio de julgamentos realistas e ponderados a respeito das conseqüências coletivas de estilos de vida particulares.

A reação social a um fenômeno aparentemente perigoso surge tanto do perigo real quanto do temor de que ele ameace posições, interesses ideologias e valores.

Grupos pouco coesos de elites civis e militares defendem a República com unhas e dentes para garantir interesses individuais, mas a partir da existência de um inimigo comum – Canudos – cria-se uma coesão e um discurso afinado sobre o temor. A ameaça que Canudos supostamente apresentou estava estampada nas páginas dos jornais, estava no discurso de grupos religiosos e no discurso do exército, na verdade Antonio conselheiro e seus seguidores não se safariam de uma condenação.

A construção dos pânicos morais estabelece uma nítida barreira entre os grupos subjugados e seus articuladores, pois não se trata de um conflito entre iguais. Estes se tornam eficazes, pois são promovidos por quem detém o poder e hegemonia perante os meios de comunicação, tratam-se, na verdade, de empreendedores morais de uma sociedade, aqueles

²⁶ Em uma “análise reivindicatória da Campanha de Canudos”, organizada nos anos de 1950 por oficiais do exército atribui-se à ingenuidade de Luís Viana a falta de comedimento do movimento: “O fracasso do exército pode se relacionar com a culpa do governador da Bahia Luiz Viana que não conseguia enxergar as reais proporções do perigo que Canudos representava.” (A verdade sobre “Os Sertões”- Uma análise reivindicatória da Campanha de Canudos, 1958, p. 62. Acervo do Gabinete Português de Leitura).

que se apresentam como defensores públicos da moral perante uma situação de ameaça da nação.

A partir de seu poder, essas instituições reforçam os estereótipos e fazem frente a mudanças sociais repentinas desencadeadas por grupos que seguem estilos de vida questionáveis e que supostamente ameaçariam hierarquias sociais. Essa condenação estava inclusive na fala de Euclides:

Não se distinguiam as ruas. Substituía-se dédalo desesperador de becos estreitíssimos, mal separando o baralhamento caótico dos casebres feitos ao acaso, testadas volvidas para todos os pontos, cumeeiras orientando – se para todos os rumos, como se tudo aquilo fosse construído, febrilmente, numa noite por uma multidão de loucos (CUNHA, 2000, p. 155).

Enfim, o que se percebe por meio dessa análise é que, inicialmente o conflito de Canudos aparece como um acontecimento isolado, mas com o envio das tropas do exército, o movimento ganha a repulsa nacional na medida em que uniu dois grupos com interesses diferentes frente a um estado republicano com a mesma tônica de extermínio.

O pânico moral de Canudos se torna evidente quando civis e militares se unem perante uma situação “para-raio” em que se podia concentrar todas as ameaças à recém instaurada República como mestiçagem, desvio, crime, anarquia. O desfecho do conflito não deixa dúvidas: este regime não asseguraria extensão de direitos sociais ao profundo interior do Brasil.

3.5 Uma leitura subalterna de Os Sertões de Euclides da Cunha

Há mais de cem anos de sua publicação, ainda é possível afirmar que Euclides da Cunha escreveu uma obra monumental, não sem deixar também um legado de ambigüidades que vão se tornando cada vez mais sutis perante um leitor desprevenido.

Nos dias de hoje, em meio a um novo ponto de inflexão na compreensão da nação brasileira²⁷, a obra parece se reatualizar assim como se passou durante as transformações no discurso sobre nacionalidade durante o século XX.

²⁷ Fazendo menção aos debates renovados sobre a questão racial, a introdução de políticas afirmativas como cotas nas universidades públicas e a modificação dos currículos escolares com a introdução de novos sujeitos e de uma visão mais democrática sobre as diferenças que marcam a história e a própria configuração atual da nação brasileira.

Dessa maneira, não restam dúvidas sobre a canonização de Os Sertões como a obra número um da nacionalidade brasileira. Mesmo percebendo que novas matrizes de interpretação sobre a nação sejam fundadas ao longo da história, esta obra ainda serve como referência.

Entre as várias apropriações de seu discurso sobre a nacionalidade a que se torna mais interessante para esta análise é a racialização da identidade nacional brasileira num momento de disputas por hegemonia e consolidação de políticas liberais de um estado republicano, em um país dividido em duas metades que não se completavam.

Mesmo porque, a mistura de “raças” muito diversas, parafraseando o autor, permaneceu como desafio intelectual, político e cultural para a formação de nossa identidade.

Na obra de Euclides da Cunha, defesas e ataques se misturam na busca de um tipo antropológico nacional que se consagra como uma grande figura ambígua, que concentra valores tradicionais de uma cultura nacional ao mesmo tempo em que não tem condições sociais de construir uma grande civilização.

O sertão aparece dentro de um projeto de incorporação simbólico e cultural de nossa nacionalidade por meio de algumas adequações de discursos e práticas normalizadoras pautadas no biopoder, ao mesmo tempo em que produziu uma cultura material sobre os Outros, os que estavam nas cidades e eram mulatos.

Os Sertões contribuiu para delimitar as barreiras morais estabelecidas através de sua narrativa de origem que influenciaria instituições nacionais como o exército.

A abordagem dos pânicos morais permite compreender como se deu a junção de grupos poucos coesos para combater um inimigo comum: o conflito de Canudos, sua população rude e mestiça que não deveria obter direitos sociais dentro de uma concepção republicana comum aos grupos que o temem e o denunciam nos jornais.

Euclides da Cunha traz ao discurso literário a defesa de um tipo sertanejo dentro de uma perspectiva determinista, com a crença de que nossa evolução biológica nos garantiria uma evolução social. Por meio de uma obra monumental, o autor constrói uma leitura sobre a nacionalidade brasileira que, a despeito de sua consciência ou não, tornar-se-ia hegemônica. Por mais que tenha sido recusada ou superada, ela instituiu alguns dos marcos segundo os quais pensamos a nós mesmos até hoje.

Nesta tentativa de fazer uma leitura subalterna de Os Sertões, busquei, dentro dos limites do possível em uma curta dissertação de mestrado, levantar alguns dos elementos que ajudam a compreender o pânico moral de Canudos e, ao mesmo tempo, desconstruir a hegemonia de uma vertente interpretativa sobre nossa nacionalidade. Espero ter contribuído

para visibilizar como o evento histórico, mas, sobretudo sua análise pelo célebre escritor, permitiu alçar o sertão e o sertanejo a um protagonismo ao mesmo tempo em que – sob contestáveis julgamentos morais – apontava para os mestiços do litoral como os Outros de nossa nacionalidade.

5 REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. O Livro que abalou o Brasil: A consagração de Os Sertões na virada do século. **Hist. cienc. Saúde**, Manguinhos, v. 5, p. 93-115, jul. 1998.

_____. **O enigma de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Funarte Rocco, 1998.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

ALONSO, Ângela. Crítica e Contestação: O Movimento Reformista da Geração 1870. **Rev. bras.Ci. Soc**, v. 15, n. 44, out. 2000.

ANDRADE, Olimpio de Souza. **História e Interpretação de “Os Sertões”**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

BERNUCCI, Leopoldo M. A Ontologia Discursiva de Os Sertões. **Hist. cienc. Saúde: Manguinhos**, v. 5, p. 57-72, jul. 1998.

BHABHA, Home. **O local da cultura**. Tradução Myriam Ávila, Eliana Reis, Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BORGES, Dain. “Inchado, feio, preguiçoso e inerte”: A Degeneração no Pensamento Social Brasileiro, 1880 – 1940. Tradução de Richard Miskolci. Texto publicado originalmente como “Puffy, Ugly, Slothful and Inert: Degeneration in Brazil Social Thought, 1880 – 1940. In: **Journal of Latin American Studies**. Cambridge University Press, v. 25, n. 2, p. 235-256, 1993.

BOSI, Alfredo. **Literatura e Resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cad. Pagu**, n. 26, p. 329 -376, jun. 2006.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade: A Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Bragança Paulista, EDUSF, 1998.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos**: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte, UFMG, 2006.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a Sociologia: A Contribuição Pós-Colonial. **Rev. bras. Ci. Soc.** São Paulo, v. 21, n. 60, p. 117-134, 2006.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: Campanha de Canudos. Rio de Janeiro, Publifolha, 2000.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Reflexões sobre biopoder e pos-colonialismo: relendo Fanon e Foucault. **Mana**, v. 8, n.1, p. 149-163, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132002000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 maio 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de, Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. 6. ed. Rio de Janeiro. Graal, 1985. v. 1.

_____. **Os Anormais**: curso no College de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Em defesa da Sociedade**. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora**: A Guerra de Canudos nos jornais. São Paulo, Ática, 1977.

GOODE, Erich; BEM-YEHUDA, Nachman. Prologue and Moral Panics: An Introduction. In: **Moral Panics: The Social Construction of Deviance** Malden: 2003.

GOULD, Stephen Jay. **A Falsa Medida do Homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidade e Mediações Culturais. SOVIK, Liv (Org.). RESENDE, Adelaine La Guardia (Trad.). Belo Horizonte: UFMG, 2005.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo. Unesp, 2006.

IANNI, Octávio. **Tipos e Mitos do Pensamento Brasileiro**. Sociologias, Porto Alegre, n. 7, jun., 2002.

LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional**. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ-UCAM, 1999. 232 p.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela Raça, absolvido pela Medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**, Rio de Janeiro: Fiocruz, Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889 -1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MISKOLCI, Richard. Machado de Assis, o outsider estabelecido. In: **Sociologias**. Porto Alegre, IFCH-UFRGS, 2006, no. 15, pp. 352-377.

_____. (Org.). Dossiê Normalidade, Desvio Diferenças. **Teoria & pesquisa**, São Carlos, v. 47, 2005.

_____. Pânicos Morais e Controle Social: Reflexões sobre o Casamento Gay. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 28, p.101 -128, 2007.

_____. **Os Saberes Subalternos e os Direitos Humanos: Reflexões contra o pós- Universalismo contra-hegemônico**. Mimeo.

_____. Thomas Mann: O Artista Mestiço. São Paulo: AnnaBlume, 2003.
MISKOLCI, Richard; Carvalho, Sheila Abadia. A “Tal” e a “Qual” – Representações racializadas da mulher na literatura brasileira. Texto apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero VII Gênero e Preconceito: UFSC- Florianópolis, ago. 2006.

MOUTINHO, Laura. **Razão, cor e desejo uma análise comparativa sobre relacionamento afetivo: sexuais inter – raciais no Brasil e na África do Sul**. São Paulo. Unesp, 2004.

OLIVEIRA, Ricardo de. Euclides da Cunha: Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 22, n. 44, 2002.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PINHEIRO, Cláudio C. No Governo dos Mundos: Escravidão, Contexto Colonial e Administração de Populações. **Estud. Afro- Asiat**, 2002, n. 3, p. 425 -457, 2002.

PIMENTEL, Talita Cristina. **A Profilaxia de Jeca Tatu**: Um Estudo sobre as relações entre o Darwinismo-Social e a Construção da Nacionalidade Brasileira no Início do Século XX. Monografia de conclusão (Bacharel em Ciências Sociais). São Carlos Universidade Federal de São Carlos, 2007.

PRECIADO, Beatriz. **Entrevista a José Carrillo**. Mimeo, 2004, p. 243-261. Cadernos Pagu, n. 28, 2007. Disponível em: < http://www.arteleku.net/4_0/pdfs/preciado.pdf >. Acesso em: 10 abr. 2010.

RAGO, Margareth. **Sexualidade e Identidade na Historiografia Brasileira dos anos vinte e trinta**. Estudos Interdisciplinares da América Latina. v. 12, n. 1, jan./jun. 2001.

_____. **Do cabaré ao lar**: A utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre o sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, 2003.

SAID, Edward. **Orientalismo**: O Oriente como Invenção do Ocidente. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças, Cientistas, Instituições e a questão racial no Brasil**: 1897 -1930. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

_____. **Retrato em Preto e Branco**: Jornais, Escravos e Cidadãos em São Paulo no Final do Século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCOTT, Joan W. **A Invisibilidade da Experiência**. Projeto História, n.16, São Paulo, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Denise Ferreira da. À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo. **Rev. Estud. Fem.**, v. 14, n. 1, p. 61-83, 2006. Disponível em: < <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/381/38114105.pdf> >. Acesso em: 05 mar. 2010.

SILVA, V. Benicio da; FAGUNDES, Umberto Peregrino Seabra. **A Verdade sobre Os Sertões**: Análise Reivindicatória da Campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958. Rio de Janeiro. Acervo do Gabinete Português de Leitura.

STEPAN, Nancy Leys. *A Hora da Eugenia: Raça, Gênero e Nação na América Latina*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005.

THOMPSON, Kenneth. **Moral Panics**. London, Routledge, 1998.

VELOSO, Mônica. A Literatura como Espelho da Nação. **Revista Estudos Históricos**, v.1, n. 2, 1988.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. **Os Sertões**. Coleção Folha Explica. São Paulo, Publifolha, 2002.

_____. Visões do Deserto: Selva e Sertão em Os Sertões de Euclides da Cunha. **Hist. cienc. Saude – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 133-147, 1998.

_____. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 348 p.

VILLAS-BOAS, Gláucia. **Casa Grande e Terra Grande, Sertões e Senzala**. Duas interpretações do Brasil. Rio de Janeiro, IFCS, UFRJ, 1999.

YOUNG, J. C. Robert. **Desejo Colonial: Hibridismo em teoria, cultura e raça**. São Paulo: Perspectiva, 2005.